

Jucá (E),
ao lado de
João Pedro,
apresenta
roteiro
para a CPI



CPI ouve Receita sobre suposta manobra contábil da Petrobras

O secretário interino da Receita Federal, Otacílio Dantas Cartaxo, deve depor nesta terça-feira na

CPI da Petrobras sobre operação da estatal que teria custado R\$ 4,3 bilhões aos cofres públicos.

página 2

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV — Nº 3.070/229 — Brasília, 10 a 16 de agosto de 2009

EDIÇÃO SEMANAL



Senadores pedem fim da crise e retomada do diálogo

Senadores fizeram apelos, na sexta-feira, pela volta da normalidade na Casa depois de uma série de enfrentamentos políticos. Em decisão ainda sujeita a recurso, o presidente do Conselho de Ética arquivou, na semana passada, cinco representações e seis denúncias contra o presidente do Senado, José Sarney.

páginas 3, 4 e 5

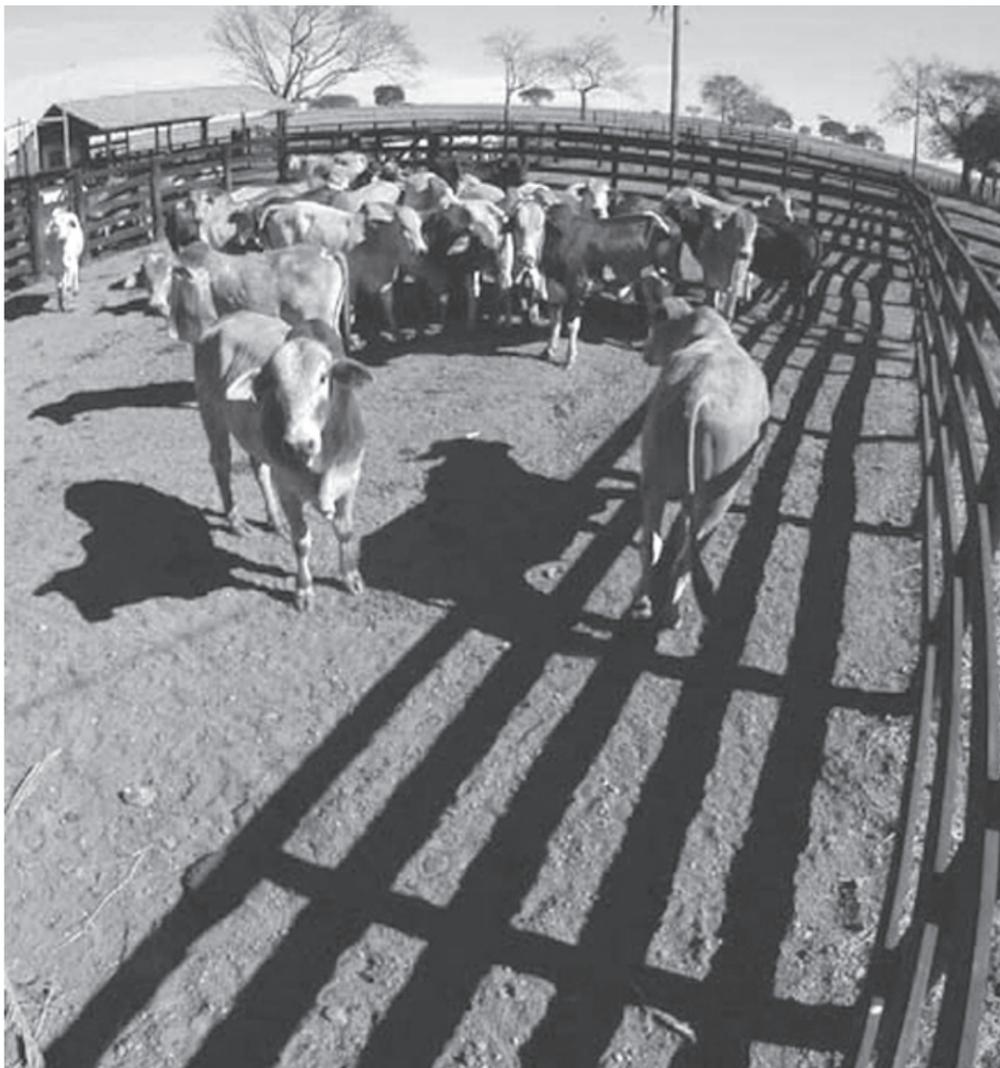
Juros e impostos ainda freiam recuperação

Sinais da recuperação econômica do país foram apresentados ao Senado pelo presidente do Banco Central. Mas relatório da Comissão da Crise aponta questões que precisam ser resolvidas, como o crédito caro e os impostos.

páginas 8 e 9

e mais...

ambiente legal	12
agora é lei	10
projetos aprovados	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



Criação de gado em Araguari (MG): percentual de aproveitamento da terra é ponto polêmico do projeto

Congresso poderá definir critérios para desapropriar terra improdutiva

páginas 6 e 7

meio ambiente

Produção responsável de biodiesel

página 12

viagem

Senadores visitam Haiti quinta-feira

página 13

cidadania

Dica para escolha de uma babá

Casos de babás que agredem crianças assustam as famílias, que muitas vezes se perguntam como garantir uma boa escolha. O *Especial Cidadania* traz dicas sobre cuidados na hora de contratar uma babá.

página 16

agenda

Secretário da Receita fala à CPI da Petrobras

Suposta manobra contábil da estatal para reduzir pagamento de impostos é assunto do depoimento. Comandos da ANP e da Petrobras vêm em seguida

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura irregularidades na Petrobras ouviu nesta terça-feira o depoimento do secretário interino da Receita Federal, Otacílio Dantas Cartaxo.

De acordo com o plano de trabalho do relator da CPI, senador Romero Jucá (PMDB-RR), foi adiada a discussão sobre 66 requerimentos (de um total de 88) para os quais havia parecer contrário, como a convocação da ex-secretária da Receita Lina Maria Vieira.

Ela teria sido demitida do cargo – e substituída por Cartaxo – por ter contestado a suposta manobra da Petrobras para reduzir o valor de impostos devidos em R\$ 4,3 bilhões. A denúncia foi rebatida pela estatal, que alega ter feito

uma opção tributária prevista em lei.

Além do depoimento de Cartaxo sobre o assunto, a CPI solicitou à Petrobras e ao Ministério da Fazenda os documentos sobre o suposto artifício contábil.

A comissão marcou para 18 de agosto o depoimento do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima, e outros cinco diretores do órgão. Eles falarão sobre desvios de royalties e supostas fraudes em pagamentos a usineiros.

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, e mais três diretores da estatal também serão ouvidos, em data a ser marcada, sobre indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Desvios de royalties e fraude em licitação são objeto da CPI



Relator da CPI, Jucá (acima, ao lado de João Pedro) é contrário a 66 requerimentos da oposição, representada por Sérgio Guerra (em pé), Alvaro Dias (C) e Agripino

PSDB e DEM pedem prudência e cautela

O presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PE), garantiu que seu partido não pretende contribuir para que a maior empresa brasileira seja transformada em um “campo de luta política”. Para ele, a CPI deve ser conduzida “com prudência, limitando-se aos fatos de sua criação”.

Todos os senadores pediram cautela nas

investigações, como o líder do DEM, José Agripino (RN), para quem a CPI pode encontrar novos rumos para a Petrobras.

Fernando Collor (PTB-AL) sugeriu que a CPI faça recomendações para um novo modelo administrativo para a estatal, moderno e transparente, e o marco regulatório para o pré-sal.

comissões

Segunda-feira

10h – PROCESSO PENAL

Mudança – Debate, no auditório Mondercil Paulo de Moraes, do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, com especialistas da área de Direito. O encontro faz parte da rodada de reuniões públicas para levantar sugestões junto à sociedade sobre o projeto de reformulação do Código de Processo Penal. Entre os convidados, estão a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius; o prefeito de Porto Alegre, José Fogaça; o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Ivar Pavan; os senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, representantes de procuradores da República, além de advogados, defensores públicos, peritos criminais, juízes e delegados federais.

18h – INFRAESTRUTURA

Desafios – A comissão continua o ciclo de debates sobre Desafios Estratégicos Setoriais – Agenda 2009-2015. Estão convidados o ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Glauco Arbix, atualmente coordenador executivo do Observatório da Inovação e Competitividade do Instituto de Estudos Avançados da USP; o ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Júlio Sérgio Gomes de Almeida; e o economista Luiz Gonzaga Belluzzo.

Terça-feira

9h – ASSUNTOS SOCIAIS

Saúde materna – Audiência pública conjunta com a Subcomissão de Acompanhamento da Saúde, para debater políticas sociais e de assistência à saúde materna. Estão convidados os médicos Helvio Bertolozzi Soares, da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia; Sílvia Maria Cruz, coordenadora da Pastoral da Criança de Sergipe; e representantes do Ministério da Saúde e da Unicef.

9h30 – AGRICULTURA

Agroquímicos – A comissão debate com o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello, o processo de registro de agroquímicos.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E RELAÇÕES EXTERIORES

Terras indígenas – As comissões tratam do PLS 69/04, sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras indígenas.

11h – EDUCAÇÃO

Exclusividade – Os senadores examinam pauta com 18 itens, entre eles projeto que institui regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública. Outra proposta determina o recenseamento escolar de crianças de até cinco anos de

idade para atendimento em educação infantil. Às 14h30, em conjunto com a Comissão de Educação da Câmara, audiência pública sobre problemas de estudantes de graduação de todo o país matriculados nos cursos a distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins).

11h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Tarifas – O primeiro item da pauta é o projeto que regulamenta a cobrança de tarifas por parte das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. A comissão analisa ainda projeto que reduz alíquota da tabela progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Consumidor – Uma das propostas em pauta inclui o dever dos fornecedores de informar, no momento da oferta, a eficiência e o consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo.

14h – CPI DA PETROBRAS

Receita – A comissão ouviu o secretário interino da Receita Federal do Brasil, Otacílio Dantas Cartaxo.

Quarta-feira

9h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA, CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reforma política – Os senadores

debatem no Plenário a minirreforma política, aprovada pela Câmara dos Deputados, que libera o uso da internet nas campanhas eleitorais já para o pleito de 2010. A reunião contará com a presença do ministro da Defesa, Nelson Jobim; do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Ayres Britto; e de técnicos e de provedores de internet.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS, TURISMO E ASSUNTOS SOCIAIS

Turismo – Reunião conjunta para debater o PLS 174/09, que cria o Serviço Social do Turismo (Sestur) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (Senatur). Foram convidados, entre outros, os presidentes da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antonio Oliveira Santos; da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), Nelson de Abreu Pinto; e da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares, Norton Luiz Lenhart.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Atribuição – A comissão analisa projeto de emenda à Constituição (PEC) que atribui competência privativa ao Senado para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas.

Quinta-feira

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Educação básica – Os senadores

debatem PEC que trata da nacionalização da qualidade da educação básica. A proposta determina a obrigatoriedade de o Estado oferecer, em todo o território nacional, escola pública de tempo integral.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

10h – Sessão especial Homenagem – Centenário de nascimento de Jaime Câmara.

14h – Sessão deliberativa Ordem social – Na pauta, a PEC 7/08 determina que os objetivos da ordem social serão avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social.

Quarta e quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

crise

Paulo Duque arquiva acusações contra Sarney

Presidente do Conselho de Ética considerou improcedentes todas as 11 representações do PSDB e do PSOL por falta de provas documentais

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Paulo Duque (PMDB-RJ), rejeitou na sexta-feira as sete acusações restantes contra o presidente da Casa, José Sarney: quatro representações e três denúncias. Na quarta-feira, ele já havia arquivado quatro acusações contra Sarney, além de uma contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Após os primeiros arquivamentos, os partidos de oposição

anunciaram que vão contestar a decisão. Pelo regimento, o presidente do Conselho de Ética deve se manifestar sobre a admissibilidade de denúncias. Quando elas são aceitas por ele, é iniciado um processo de investigação.

Na quarta-feira, Paulo Duque argumentou que as denúncias estavam acompanhadas "quase apenas" da transcrição de notícias de jornais, sem documentos de comprovação, e leu

decisão do Supremo Tribunal Federal de que não se pode aceitar denúncia com base em recortes de jornais. Senadores de oposição contestaram, argumentando que as investigações é que comprovariam ou não as denúncias.

O senador Gim Argello (PTB-DF) foi eleito vice-presidente do Conselho de Ética. Candidato único, obteve 7 votos. Houve 3 abstenções e 3 votos em branco.

Renan lê representação do PMDB contra Virgílio

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), leu em Plenário, na quinta-feira, representação de seu partido contra o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), propondo a cassação do mandato do senador amazense por quebra de decoro parlamentar.

Renan disse que Arthur Virgílio quebrou o decoro por várias razões, tendo "praticado clientelismo" e provocado prejuízos aos cofres públicos. O peemedebista disse ainda que o próprio senador tucano reconheceu seus erros aos colegas, mas mesmo assim teria mentido em Plenário. Entre as acusações, está a de ter autorizado servidor comissionado de seu gabinete a se afastar do trabalho para estudar e morar no exterior, sem prejuízo da remuneração paga pelo Senado.

– Ética não é discurso, é prática – afirmou Renan.

A representação pede ainda a cassação do senador por ter utilizado recursos do Plano de Saúde Parlamentar, muito acima dos limites previstos, no tratamento de pessoa de sua família, bem como pelo recebimento de doação do ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia para pagamento de gastos dele e de sua família em Paris, na França.

Renan criticou ainda os partidos de oposição do Senado, acusando-os de padecerem de "complexo de maioria", devido a sua pretensão de vencerem todas as disputas travadas na Casa, mesmo sem terem votos suficientes para tal.

– A minoria do Senado Federal é a única do mundo com complexo de maioria. Por isso, as coisas aqui, no Senado, che-

garam aonde estão – disse, ao defender também o presidente Sarney das acusações contidas nas representações contra ele apresentadas ao Conselho de Ética pela oposição.

Discussão interrompe sessão plenária

Após Renan ler o texto, Tasso Jereissati (PSDB-CE) pediu a retirada do Plenário de pessoa que se manifestava favoravelmente à representação. Começou, então, uma discussão. Renan criticou o pedido, disse que Tasso pretendia "expulsar um cidadão" que estava no Plenário e chamou o senador cearense de coronel. Tasso Jereissati, em resposta, chamou Renan Calheiros de cangaceiro.

Por causa da discussão, o senador José Sarney interrompeu a sessão por alguns minutos.



Paulo Duque, entre Gim Argello e Romeu Tuma: denúncias embasadas "quase apenas" em transcrições de notícias de jornais não podem ser recebidas

Simon pede interpelação de Collor para explicar insinuações

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu, na quarta-feira, em requerimento endereçado ao presidente do Senado, José Sarney, que o corregedor da Casa, Romeu Tuma (PTB-SP), interpele Fernando Collor (PTB-AL) para que este explique insinuações feitas em sessão do Plenário na última segunda-feira.

Na ocasião, quando Pedro Simon discursava pedindo o afastamento de Sarney do cargo, Collor referiu-se a fatos, não explicitados, que em sua avaliação seriam "talvez extremamente incômodos" para o senador gaúcho. No requerimento, Simon afirma que, para o resguardo de sua honra e de sua biografia, é preciso que esses fatos venham a público. Ele observa ainda que "um senador não tem o direito de ocultar dados

e fatos que afetam a vida e a conduta dos representantes do povo nesta Casa".

Em aparte feito a discurso de Simon na segunda-feira, Collor se mostrou indignado pelo senador gaúcho ter feito referências à suposta presença de Renan Calheiros (PMDB-AL) em reunião que teria definido a candidatura de Collor à Presidência da República, em 1989. Ele afirmou que suas relações políticas e pessoais com Renan são conhecidas, sempre foram respeitadas e que não se arrepende delas.

Na ocasião, Collor disse a Simon: "As palavras pronunciadas em relação a mim e às minhas relações políticas são palavras que eu não aceito". E acrescentou ainda: "Quero que o senhor as engula agora, as digira e faça delas o uso que vossa excelência julgar conveniente".



Collor mostrou indignação com as referências de Simon a seu passado político



Simon quer explicação sobre fatos mencionados por Collor que seriam "incômodos"



Representação contra Arthur Virgílio (C) motivou discussão em Plenário entre Tasso Jereissati (E) e Renan Calheiros

Em resposta, Virgílio lista denúncias contra Renan

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) enumerou da tribuna denúncias publicadas nos últimos anos contra o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), em resposta à representação lida pelo próprio Renan contra ele.

Entre as denúncias, estão as de que a pensão da filha que o senador teve fora do casamento era paga por uma empreiteira; de que Renan contratou assessores "fantasmas", que não dão expediente em seu gabinete; de

que Renan avisou ao ex-diretor-geral do Senado Agaciel da Silva Maia sobre uma ação de busca e apreensão a ser realizada em seu gabinete pela Polícia Federal; de que Renan utilizou notas fiscais falsas para comprovar venda de gado que justificassem a posse de recursos para fazer face a suas despesas; e de que Renan recebeu propina para facilitar a tramitação de proposições autorizando o funcionamento de estações de rádio.

Arthur Virgílio recebeu a solidariedade de Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marconi Perillo (PSDB-GO), Tião Viana (PT-AC), José Agripino (RN), líder do DEM, e Demostenes Torres (DEM-GO).

Já Wellington Salgado (PMDB-MG) informou que a representação contra Virgílio não foi uma posição isolada de um senador, mas do partido. E que o PMDB não ficaria calado diante das acusações contra José Sarney.

crise

Sarney refuta acusações e diz que não renunciará

Presidente do Senado afirma que a mídia invade sua privacidade e a de sua família e assegura que não cometeu nenhum ato capaz de desabonar sua vida

José Sarney (PMDB-AP) disse, na última quarta-feira, “não ter alternativa a não ser resistir e cumprir seu mandato de presidente do Senado até o fim”. Ele lembrou a herança histórica de seu governo (1985-1989) e de seus mandatos parlamentares para o Brasil, e respondeu as denúncias contra ele.

– Na coerência do meu passado, não tenho cometido nenhum ato que desabone minha vida. Nenhum senador é maior do que o outro e, por isso, não pode exigir de mim que cumpra a sua vontade política de renunciar – disse.

Sarney afirmou que vem tomando todas as medidas necessárias para promover a reforma administrativa do Senado, com ênfase na “eficiência e transparência”, e que problemas acumulados por anos estão sendo resolvidos. “Nosso desejo e determinação é que possamos retomar a nossa agenda de casa legislativa”, declarou.

Ele lamentou que “toda a mídia e alguns senadores” não falem mais em crise administrativa e



“Permaneço pelo Senado, para que ele saiba que me fez presidente para cumprir meu mandato”, afirmou Sarney, dizendo que luta pela eficiência e transparência da Casa

sim vinculem todos os problemas a ele.

– Os jornais e a mídia em geral, que eu conheça, nunca se concentraram tanto contra uma pessoa como estão fazendo comigo, vasculhando minha vida e não encontrando nada. Invadem minha privacidade e abrem devassa que se estende a minha família inteira – reclamou.

Sarney negou a prática de ne-

potismo ou que tenha favorecido o neto José Adriano, que é sócio de uma empresa de empréstimo consignado que atuou no Senado. Também negou participação em qualquer ato secreto. De acordo com o presidente da Casa, foi “montada” uma suposta conversa entre ele e o empreiteiro Zuleido Veras, implicado em 2007 na Operação Navalha, da Polícia Federal.

Gilvam Borges: diálogo político se exauriu

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que todas as posições já estão colocadas e que chegou o momento de a Casa dar um desfecho às acusações que envolvem o presidente José Sarney, já que a hipótese da renúncia dele está descartada.

– A posição agora é de voto, coisa concreta, objetiva, arquivamento ou não das representações. Renúncia é matéria vencida, afastamento é matéria vencida. A possibilidade de entendimento político se exauriu – afirmou.

Apesar de sua avaliação sobre o caminho que a Casa deveria tomar, o senador previu grandes embates no Conselho de Ética, “até porque todos os componentes do conselho integram partidos políticos com posições bem definidas, a favor ou contra as representações ali protocoladas”.

– Já chegamos à beira do precipício. A Casa vem sangrando há seis meses, agora é votar objetivamente. Chegamos ao momento do confronto, do embate final – afirmou.

Sérgio Guerra: Senado deve ser preservado

“Não vai demorar e vamos às ruas”, afirmou, na quarta-feira, o presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PE), ao defender a tese de que o presidente do Senado deveria se afastar do cargo em nome da preservação da instituição.

– Acho que foi um profundo equívoco o presidente Sarney se apoiar nessa tropa de choque que está aí. Ele deveria dizer que vai prestar mais um grande serviço ao Brasil, e anunciar: “Vou para casa”. Ele deveria fazer isso, porque um Senado lá embaixo é uma condenação para a democracia – afirmou ele, antes do pronunciamento de Sarney na quarta-feira.

Sobre notícias de que a base de sustentação do governo derrubaria as representações protocoladas no Conselho de Ética contra José Sarney, Sérgio Guerra disse que espera que o órgão funcione.

– Não tememos ameaças nem truculências. O que queremos é que o conselho funcione. É preciso haver liberdade de investigação – defendeu o senador.

Senador nega vínculo com ação movida por seu filho contra jornal

O presidente do Senado divulgou nota à imprensa em que assegura não ter nenhuma responsabilidade em ação imputada por seu filho, o empresário Fernando Sarney, contra o jornal *O Estado de S. Paulo*. Liminar do desembargador do Distrito Federal Dácio Vieira proibiu o jornal de divulgar informações sobre processo que investiga atividades do filho do senador e que corre em segredo de Justiça.

Sarney afirma que o filho “tem sido vítima de cruel e violenta campanha infamante por parte de *O Estado de S. Paulo*”. Salienta, no entanto, não ter sido consultado sobre a ação, de exclusiva responsabilidade de Fernando Sarney e de seus advogados. “É uma distorção de

má-fé querer me responsabilizar pelo fato”, frisa. “Todo o Brasil é testemunha de minha tolerância e minha posição a respeito da liberdade de imprensa, nunca tendo processado jornalista algum”, finaliza o comunicado.

Virgílio propõe desagravo a *O Estado de S. Paulo*

Na segunda-feira da semana passada, Arthur Virgílio (PSDB-AM) propôs voto de desagravo a *O Estado de S. Paulo*. Ele disse que o requerimento foi motivado pela “censura imposta ao jornal em pleno estado democrático de direito”.

O senador apresentou também denúncia junto ao Conselho Nacional de Justiça contra o desembargador Dácio Vieira.



Tajra (D), com a diretora de Recursos Humanos, Doris Peixoto, e o diretor-geral adjunto, Luciano Gomes: medida envolve 110 atos e atinge 79 pessoas

Servidores nomeados por atos secretos têm pagamento suspenso

Os funcionários que foram nomeados por atos administrativos que não tenham sido publicados – os chamados atos secretos – terão seus pagamentos suspensos até que seja avaliada a legitimidade de cada uma dessas nomeações. Nos casos em que forem constatadas a efetiva prestação do serviço e o interesse de sua manutenção, pelo gabinete ou setor em que o servidor estiver lotado, o ato de nomeação será convalidado e o pagamento, liberado.

O diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, explicou que a medida atinge 79 pessoas, que foram nomeadas por meio de 110 atos não publicados. Ele ressaltou que, nos casos em que as premissas de legitimidade, presença e interesse não sejam atendidas, os funcionários serão definitivamente afastados e deverão ressarcir ao Senado os valores indevidamente recebidos.

A medida foi adotada por ato do presidente do Senado, José Sarney.

Sarney explica caso de funcionários com nomes iguais. Nery contesta

Em nota divulgada pela Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado, o presidente da Casa, José Sarney, esclareceu que de fato não conhece Rodrigo Miguel Cruz, que trabalhava no gabinete da então senadora Roseana Sarney. José Sarney explica que esta é a pessoa relacionada na denúncia que o PSOL protocolou contra ele no Conselho de Ética.

A nota esclarece que Rodrigo Luiz Lima Cruz, genro do ex-diretor-geral Agaciel Maia,

não foi citado na representação daquele partido.

A assessoria de imprensa do senador José Nery (PSOL-PA) divulgou observações do senador dizendo que o presidente do Senado “faltou com a verdade”, pois Rodrigo Miguel Cruz não está na lista publicada pelos jornais referentes a atos secretos.

José Nery explica que o PSOL não publicaria na representação nome de servidor que não estivesse envolvido nos atos secretos.



Para Cristovam Buarque, os que ajudam o presidente do Senado “não querem a paz”

Afastamento é pedido por 39 senadores

Em documento lido em Plenário pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) na quinta-feira, 39 senadores pedem o afastamento de José Sarney da Presidência do Senado durante o período em que o Conselho de Ética estiver investigando denúncias de irregularidades que teriam sido cometidas pelo parlamentar.

Assinaram o pedido os líderes do PDT, por cinco senadores; do PSDB, por 13 senadores; do DEM, pela bancada de 14 senadores; do PSOL, que tem um senador; além de três senadores do PT – Tião Viana (AC), Flávio Arns (PR) e Augusto Botelho (RR); dois do PMDB – Jarbas Vasconcelos (PE) e Pedro Simon (RS) – e Renato Casagrande (PSB-ES).

– Na sua posição, o senhor precisa da ajuda de alguns, e os que o ajudam não querem a paz: eles querem massacrar, destruir; eles não pensam na história, eles pensam apenas na política – disse Cristovam.

crise

Senadores apelam por retomada do diálogo

Discursos de sexta-feira em Plenário demonstram vontade de dar fim à crise que dificulta o funcionamento normal da Casa

Após uma semana de forte enfrentamento político e discussões marcadas por troca de ofensas pessoais (leia mais nas páginas 3 e 4), senadores da base do governo e da oposição demonstraram em discursos na sexta-feira, em Plenário, um desejo comum: dar um "basta" à crise para que o Senado possa retomar suas atividades normais.

Paulo Paim (PT-RS), por exemplo, pediu uma solução para os impasses. Segundo ele, o momento exige diálogo sobre os problemas da instituição para que o Congresso Nacional e os parlamentares não sejam colocados em situação de constrangimento perante a sociedade. Ele disse esperar que ainda em agosto a Casa volte a funcionar em clima tranquilo.

Os parlamentares foram escolhidos, lembrou Paim, para defender os interesses dos estados e melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. No entanto, observou, a crise que se instalou na Casa não está permitindo que os senadores desempenhem sua função e respondam às expectativas da sociedade.

— É preciso, urgentemente, que o Senado saia dessa situação que nos deixa, sem sombra de dúvida, constrangidos. Nunca vi uma crise nem semelhante a essa. A forma dos ataques pessoais, dossiê pra cá, dossiê pra lá. Temos que dar um basta nisso. É impossível que a gente consiga chegar a bom termo e atender ao interesse do povo brasileiro se continuarmos permitindo que esse quadro permaneça — afirmou Paim.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR) advertiu que seu partido "irá até o fim" em relação às representações apresentadas ao Conselho de Ética contra o presidente da Casa, José Sarney, com recursos ao próprio colegiado, e, se necessário, ao Plenário. Mas admitiu: todos estão cansados e é preciso acabar com a crise.

— Isso achincalha a instituição, precisamos dar um basta nisso. Devemos ser duros no confronto, estabelecer sempre o contraditório, mas manter o nível elevado — salientou.

Na mesma linha discursou Heráclito Fortes (DEM-PI), 1º secretário da Casa, para quem o embate de ideias tem limites.

— Essa é uma casa de debates, mas não pode descer a níveis como os ocorridos esta semana.

debates

João Pedro defende movimento pelo Estado palestino

João Pedro (PT-AM) defendeu a organização de um movimento internacional pela criação do Estado palestino. "Não haverá paz no Oriente Médio enquanto houver opressão nos territórios ocupados", afirmou.

O senador também propôs a realização de audiências para debater essa questão e o comportamento das autoridades de imigração no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) em relação a pessoas que saem do Brasil. Ele comentou episódios de agressão e humilhação envolvendo passageiros que viajavam para Israel e Palestina.

Alvaro: novo acordo sobre Itaipu precisa passar pelo Congresso

O presidente Lula cometerá crime de responsabilidade caso assine novo tratado internacional com o Paraguai sobre a usina de Itaipu sem o exame do Congresso, disse Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador afirmou que o acordo vai triplicar o valor da energia elétrica para os brasileiros e disse esperar que o documento seja encaminhado ao Parlamento "para que possa ser rejeitado". Ao oferecer benefícios ao Paraguai, "Lula pretende doar o que lhe não pertence, mas ao Brasil", disse.

Mário Couto destaca reunião entre governo e aposentados

"Acabar com o sofrimento dos aposentados deste país é muito importante para a minha vida pública", afirmou Mário Couto (PSDB-PA). O senador lembrou que, nesta terça-feira, haverá uma reunião entre governo e representantes dos aposentados. Mário Couto elogiou a atuação do senador Paulo Paim (PT-RS) e a postura do líder do governo na Câmara, deputado Henrique Fontana (PT-RS), quanto ao tema. Mas classificou o ministro da Previdência Social, José Pimentel, de "fraco, incompetente e insensível".

Mozarildo aplaude batalhão militar que construiu BR-174

A comemoração, em 9 de agosto, dos 41 anos de instalação em Roraima do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) do Exército, responsável pela construção da rodovia BR-174, que ligou o estado ao restante do Brasil, foi lembrada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador, juntamente com Augusto Botelho (PT-RR), apresentou requerimento para que o Senado encaminhe um voto de aplauso à corporação, acentuando o papel integrador das obras implantadas por esses militares naquela parte da região Amazônica.

Heráclito comenta denúncias sobre corrupção no Piauí

Heráclito Fortes (DEM-PI) chamou a atenção sobre denúncias de irregularidades e de corrupção na administração do governador do Piauí, Wellington Dias. O senador citou informações dadas pelo ex-estagiário da Empresa de Gestão de Recursos do estado (Emgerpi) Jaylles Ribeiro Fenelon sobre a ausência de licitações para obras públicas. Heráclito também estranhou que a concorrência para a construção do porto de Luiz Correia, no Piauí, tenha sido "fatiada".

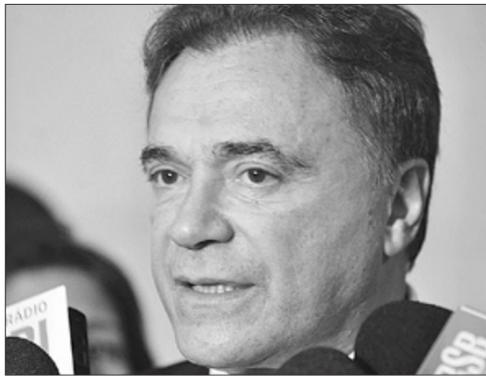
Mão Santa anuncia que poderá deixar o PMDB para disputar reeleição

Mão Santa comunicou que poderá deixar o PMDB. Segundo o senador, a direção do partido no Piauí ameaça negar a ele a legenda para disputar a reeleição para o Senado em 2010. "Reconheço que a minha candidatura corre perigo. Mas jamais vou entregar a minha cabeça a aqueles energúmenos que dominam o PMDB estadual e que só pensam em interesses pessoais", disse. Mão Santa afirmou que irá aguardar alguns dias para tomar a decisão de deixar ou não o partido. E observou que vê com admiração e respeito o PPS.

J. FREITAS



Paulo Paim: crise faz com que congressistas passem por constrangimento na sociedade



Alvaro Dias: PSDB "vai até o fim" com denúncias, mas Senado precisa "dar um basta" na crise

EXEMPLO

Pedro Simon (PMDB-RS) se declarou muito preocupado com a perda de valores e de referências no Senado e na política como um todo. O senador citou o vice-presidente José Alencar como um exemplo de dignidade e correção que todos os homens públicos deveriam seguir.

— Apesar de ter se tornado um dos maiores empresários do país, sem ter recebido heranças familiares, ele não se deixou contaminar. Nem o dinheiro nem a política abalaram seu modo simples e ético de viver — disse Simon.

LICENÇA

Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a defender que José Sarney se licencie do cargo de presidente do Senado e passe a se dedicar, por inteiro, à sua defesa diante das representações contra ele no Conselho de Ética. Suplicy disse esperar que o clima de tensão termine logo no Senado e que a Casa retome os trabalhos, uma vez que "matérias de vital importância para o país aguardam deliberação, entre elas o uso da internet nas campanhas eleitorais".

MOBILIZAÇÃO

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu desculpas ao povo brasileiro pelo comportamento do Senado nos últimos dias. Ele fez um apelo, em particular aos jovens, chamando-os a se mobilizar em defesa da ética na instituição.

— Estamos nos comportando como alunos mal-educados em sala de aula. Se não nos comportamos como deveríamos, é preciso que as pessoas aí fora ajudem o Senado.

J. FREITAS



Produção editorial do Senado ganha livraria

Foi inaugurada na semana passada a Livraria do Senado — espaço que funcionará como posto avançado da Secretaria de Edições Técnicas, dando maior visibilidade à produção editorial da Casa. A livraria está localizada no edifício principal do Senado, entre a ala dos gabinetes dos senadores e o fim do corredor conhecido por "túnel do tempo", que dá acesso ao Plenário.

— A livraria chega com atraso para tornar mais visível o extraordinário trabalho de caráter técnico e literário. O local vai permitir ampliar a divulgação das obras — enfatizou o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), na inauguração. Na foto, o senador está acompanhado por Florian Madruga, diretor-executivo da Gráfica

do Senado; Cláudia Lyra, secretária-geral da Mesa (à esq.); e Haroldo Tajra, diretor-geral do Senado (à dir.).

Florian Madruga salientou que as obras publicadas pelo Conselho Editorial, de caráter histórico e literário, são vendidas a preço de custo e que o critério para publicação é que sejam de domínio público, tenham interesse econômico, cultural e histórico para o país e para a pesquisa acadêmica.

O diretor da gráfica explicou que são editadas tanto obras destinadas a um público específico, como o livro *A Coluna Prestes no Piauí*, de Chico Castro, quanto títulos de interesse amplo, a exemplo da Constituição de 1988.

questão agrária

Congresso passa a definir se uma propriedade é produtiva ou não

Comissão do Senado aprova projeto que muda critérios que definem se uma área rural poderá ser desapropriada. Agora, Câmara vai discutir tema

Projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que muda os critérios e a sistemática de fixação dos parâmetros para a classificação de uma propriedade rural para fins de reforma agrária foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Em seu texto, a relatora, Kátia Abreu (DEM-TO), exclui a exigência da exploração de 80% da área disponível para que uma propriedade rural seja considerada produtiva e atribui ao Congresso Nacional a competência (hoje

Texto exclui exigência de 80% de uso da área rural disponível

do Executivo) de aprovar parâmetros e índices usados para aferir o rendimento da atividade agropecuária e classificar o imóvel rural em produtivo ou improdutivo.

Mesmo mantendo a determinação da Lei Agrária (Lei 8.629/93) de que as propriedades devem ter 100% de eficiência na exploração da terra, o projeto propõe que seja considerada propriedade produtiva a que atinge o grau de eficiência na exploração segundo

os índices de produtividade fixados pelo Congresso Nacional, sem nenhuma outra exigência.

Pelo texto aprovado (PLS 202/05), os parâmetros fixados pelo Legislativo serão ajustados periodicamente pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abasteci-

mento, com base em estudos do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, e avaliados pelo Conselho Nacional de Política Agrícola.

O texto ainda dá um prazo de dois anos (culturas temporárias) e de cinco anos (culturas perenes e pecuária) para que as propriedades rurais se ajustem toda vez que os parâmetros de produtividade forem alterados, além de determinar a regionalização desses indicadores, que devem ser estabelecidos para cada microrregião.

Como foi votada em decisão terminativa na CRA, e não houve recurso para votação em Plenário, a proposta segue direto para a Câmara dos Deputados.

Constituição e Lei Agrária fixam normas sobre atividade agrícola

A Constituição dedica todo um capítulo às políticas agrícola e fundiária e à reforma agrária, atribuindo à União a competência para desapropriar o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social e pagar pela terra e pelas benfeitorias.

Pela Carta, quatro fatores devem ser considerados para avaliar se uma propriedade cumpre sua função social: o aproveitamento racional e adequado; o uso adequado dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente; o respeito às leis trabalhistas; e uma exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Com a alteração proposta pela CRA para a Lei Agrária, que regulamenta esses princípios constitucionais, mudam: ▶ os critérios para identificar se a propriedade faz o

aproveitamento racional e adequado determinado pela Constituição; e

▶ a forma como são fixados os índices de produtividade que o imóvel rural deve atingir para ser considerado bem aproveitado.

Pela Lei Agrária, a propriedade precisa usar 80% da sua área aproveitável e obter 100% de eficiência na exploração. Esses 100% significam que a atividade desenvolvida deve atingir os índices de produtividade fixados pelo Executivo e atender ao princípio constitucional do uso racional e adequado.

Já com o PLS 202/05, a propriedade precisaria unicamente atingir os índices de produtividade, a serem fixados pelo Congresso Nacional e não pelo Executivo, independentemente de 80% de sua área estarem ou não sendo aproveitados.



Colheita de cana-de-açúcar: Lei Agrária determina que propriedades tenham 100% de eficiência na exploração da terra

Para Kátia Abreu, medida acaba com insegurança jurídica

O produtor rural não pode ficar à mercê da atual insegurança jurídica. Essa é a opinião da relatora do PLS 202/05, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que também é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Segundo a senadora, a Lei Agrária fere o direito de propriedade definido na Constituição quando deixa de considerar as regras do mercado e as peculiaridades do agronegócio na classificação do imóvel rural. Na sua avaliação, apenas a eficiência na exploração, com base em parâmetros aprovados pelo Congresso, será capaz de demonstrar se a propriedade cumpre ou não sua função social, requisito previsto na Constituição.

Se a propriedade atinge os índices de produtividade fixados, gera receita, emprega trabalhadores e ajuda o país, ela cumpre sua função



Kátia Abreu critica exigência de exploração de 80% da área disponível sem levar em conta situação do mercado

social. Não podemos deixar o produtor à mercê de uma insegurança jurídica dessas, em que, a qualquer

Pelas normas atuais, laudo técnico do Incra define desapropriação

Pela Lei Agrária, uma portaria conjunta dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura deveria fixar os parâmetros para classificar a propriedade rural em produtiva ou improdutivo, no que diz respeito ao seu rendimento. Como não se consegue chegar a um acordo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem baixado instruções normativas internas e realizado avaliações com base nessas normas.

Feita a vistoria, que o proprietário pode acompanhar, o Incra emite um laudo técnico. Segundo Gilda Diniz dos Santos, chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra, esse laudo é considerado juridicamente legítimo. "Caso o proprietário discorde do resultado da vistoria técnica do Incra, cabe a ele provar o contrário", sustenta.

Se considerada improdutivo, a propriedade é declarada "de interesse social" e tem início o processo de desapropriação. De acordo com levantamento da procuradoria, existem, em abril, pelo menos 220 desses processos parados na Justiça, em decorrência de ações judiciais contrárias à desapropriação. Ao todo, os processos parados na Justiça somam 200.597 hectares, o equivalente à área da região metropolitana de São Paulo.

Pesquisadora diz que só reforma agrária não resolve questão

Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), doutora em Economia e especialista na questão agrária, Maria Beatriz de Albuquerque David entende que o projeto aprovado pela CRA "restringe bastante as possibilidades de desapropriação".

Os índices de produtividade, instrumento importante para estimular o uso intensivo do solo, tampouco estão sendo utilizados, já que sua atualização enfrenta um longo processo de divergência e embates - argumenta.

Na sua visão, as políticas de acesso à terra têm que ser formuladas sob um ponto de vista global, já que, embora dinâmico e responsável por 30% do PIB do país, o agronegócio brasileiro está longe de livrar-se da exclusão social, da concentração da riqueza e da de-

gradação dos recursos naturais.

De acordo com Maria Beatriz, a colonização, a regularização fundiária e a desapropriação - esta última principalmente a partir de 1985 -, mecanismos tradicionalmente empregados para enfrentar a questão do acesso à terra no Brasil, atendem mais às pressões sociais e políticas, frequentemente explosivas, do que promovem um desenvolvimento rural permanente, sustentado com produtividade e emprego, capaz de melhorar a qualidade de vida da população.

Uma das maiores críticas da pesquisadora à gestão governamental do setor é a existência de dois ministérios, "um para os ricos [o Ministério da Agricultura] e outro para os pequenos agricultores e trabalhadores sem terra". De acordo com Maria Beatriz, isso

estimula a divisão entre os grupos envolvidos, dificultando que as políticas de estímulo à produção e as políticas compensatórias, como a reforma agrária, sejam articuladas e cooperem para o desenvolvimento do agronegócio.

Maria Beatriz aponta ainda a falta de uma base de dados confiável sobre a questão agrária, que limita

o debate e acirra as disputas entre os defensores dos agricultores sem terra e os grandes proprietários. A professora afirma que, em que pesem os últimos censos agropecuários, ainda não se tem dados que permitam avaliar os resultados da política de reforma agrária e, menos ainda, identificar o que resta a fazer.

Briga por espaço

Violência no campo, segundo a Comissão Pastoral da Terra, vem caindo desde 2004

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Conflitos	277	174	366	495	659	752	777	761	615	459
Ocupações	593	390	194	184	391	496	437	384	364	252
Acampamentos	—	—	65	64	285	150	90	67	48	40
Assassinatos	27	20	29	43	71	37	38	35	25	27
Total	870	564	625	743	1.335	1.398	1.304	1.212	1.027	751

Fonte: Pastoral da Terra

Mais terras para assentamentos

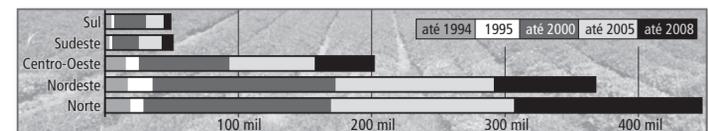
Área incorporada (em hectares) ao programa de reforma agrária. Inclui todo tipo de área e não apenas as desapropriadas

	até 1994	até 2000	até 2005	até 2008	Totais
Norte	12.597.865	7.810.373	22.864.073	17.918.601	61.190.912
Nordeste	1.708.458	4.225.751	2.601.280	1.315.240	9.850.729
Sudeste	224.966	553.058	355.770	122.714	1.256.508
Sul	158.750	408.382	164.375	53.369	784.876
Centro-Oeste	1.766.569	3.915.870	1.558.250	561.466	7.802.155
Total	16.456.608	16.913.434	27.543.748	19.971.390	80.885.180

Fonte: Incra

Impacto da reforma agrária

Número de trabalhadores rurais assentados nas cinco regiões do país aumentou de forma persistente a partir de 1995



Fonte: Incra

Estatuto deve definir produtor

O Estatuto do Produtor Rural tem que ser elaborado com base no perfil daquele que tem verdadeira vocação para trabalhar a terra, defenderam especialistas durante debate na CRA sobre o projeto que cria o estatuto (PLS 325/06), do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), também relatado por Kátia Abreu. Para o juiz e especialista em direito ambiental Fernando Humberto dos Santos, o estatuto deve ser regulamentado de forma a adequar a distribuição de terras às pessoas que têm o verdadeiro perfil do produtor.

– Não me parece que isso esteja acontecendo e é por isso também que os assentamentos têm fracassado – afirmou.

Para o representante da CNA, Fábio Meirelles Filho, a falta de definição de um perfil para o verdadeiro produtor rural é um estímulo constante à invasão de terras. Após o debate, Valadares lembrou que sua proposta de estatuto é para todos os produtores rurais – pequenos, médios ou grandes, patronais ou familiares –, mas dá tratamento diferenciado aos menores porque "necessitam da adequada proteção" para se integrar adequadamente ao mercado.

Comissão da Crise e BC: economia se recupera

Relatório sugere medidas para diminuir os efeitos da recessão e corrigir os problemas estruturais que ainda afetam o sistema financeiro

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, apresentou, em debate promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), dados que demonstram a recuperação da economia nacional, principalmente da indústria, depois dos efeitos da crise econômica internacional. Deflagrada em setembro de 2008 a partir dos Estados Unidos e atingindo praticamente todo o mundo, a crise levou a economia brasileira à recessão, com dois trimestres seguidos de crescimento negativo.

A análise de Meirelles coincide com o relatório da Comissão de Acompanhamento da Crise, que funciona no Senado desde fevereiro deste ano. Presidido por Francisco Dornelles (PP-RJ), o grupo já aprovou um relatório parcial, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que traz uma análise do impacto da crise nos diversos setores da economia e também das iniciativas do governo para estimular a atividade econômica.

“Merece todos os elogios a reação do governo, que adotou uma série de medidas, inicialmente voltadas para o mercado de crédito e de moeda, e depois também no campo fiscal”, registra o documento, apresentado ao Senado em julho.

Mais importante, porém, são as recomendações feitas pela comissão, que vão desde medidas sugeridas ao Banco Central (como a portabilidade de contas correntes e aplicações financeiras, ou seja, a possibilidade de o cliente transferi-las de um banco para outro) a projetos de lei para

melhorar a análise de risco de crédito (por meio do cadastro positivo, por exemplo) e a concorrência entre os bancos.

Entre as questões macroeconômicas, o documento reafirma a necessidade de manutenção do equilíbrio nas contas públicas, de maior transparência no relacionamento entre o Tesouro e o BC e de uma reforma tributária que desonere os setores produtivos e melhore a distribuição de recursos entre União, estados e municípios.

Muitas das recomendações, apesar de passarem por medidas legais, dependem da iniciativa do Poder Executivo, como as que podem ser aplicadas por meio de simples respo-

luições do Conselho Monetário Nacional.

A comissão, composta também pelos senadores Marco Maciel (DEM-PE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Aloizio Mercadante (PT-SP), espera ver suas sugestões adotadas, já que um momento de crise, de acordo com os autores do documento, é uma época privilegiada para avaliar mais precisamente a situação financeira e fiscal do país.

“A crise financeira global e o seu enfrentamento revelaram a estreita relação entre as políticas monetária, cambial e fiscal. A recessão também traz à tona muitas fraquezas ou distorções de caráter estrutural. Uma parcela das questões não decorre apenas da conjuntura extremamente adversa e motivada pelo exterior, mas de debilidades próprias e estruturais da economia brasileira”, conclui o documento.



Comércio lotado na Rua 25 de Março em São Paulo: reaquecimento da economia faz indústria retomar a produção e aumenta o número de trabalhadores empregados, a renda e o consumo

CELECE/PELORE

Indústria nacional retoma crescimento, diz Meirelles

Colegiado aposta em redução de impostos para aumentar a geração de emprego

O presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise, Francisco Dornelles, anunciou que, a partir deste mês, o grupo vai sugerir medidas para aumentar a geração de empregos, principalmente na área fiscal, com base em propostas encaminhadas por entidades do setor produtivo – empresas e trabalhadores.

– As primeiras medidas visam desonerar o investimento e a exportação. É necessário tirar essa carga de impos-

tos indiretos, em cascata, que incide sobre a exportação. A mesma coisa se refere ao investimento. Não há razão para tributar o investimento, bens de capital, máquinas, dos quais as empresas precisam para reduzir custo e aumentar a produtividade – destacou Dornelles, que vai propor ainda a elevação do teto do SuperSimples de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões, a fim de beneficiar um maior número de pequenas e microempresas.

Com crédito caro, empresas deixaram de pagar tributos para ter dinheiro em caixa

Com dificuldade para obter crédito a taxas razoáveis nos bancos, grandes empresas optaram por atrasar o pagamento de impostos, diminuindo a arrecadação tributária e causando dificuldades para o orçamento público, constata o relatório da Comissão de Acompanhamento da Crise.

“Isso reduz a margem de manobra das autoridades para encontrar solução para o problema original: a crise de crédito. Por outro lado, se

as finanças públicas estão desequilibradas, o governo passa a ser um importante demandante de crédito, encarecendo seu custo para toda a sociedade. Por isso, discutir crédito é discutir a economia como um todo”, registra o documento.

O relatório conclui afirmando que “o cenário das finanças públicas é o mais preocupante porque vem combinando queda de receitas com elevação de despesas”.

Sugestões para aumentar e baratear o crédito: o spread continua sendo o vilão

A Comissão de Acompanhamento da Crise identificou que a escassez de crédito internacional se disseminou no mercado doméstico e foi o primeiro e forte impacto da crise econômica. O alto *spread* bancário (diferença cobrado no país é um dos principais problemas a ser atacado. Além de medidas macroeconômicas já conhecidas, como controle do gasto público e reforma tributária, o documento lista medidas simples, legais e infralegais,

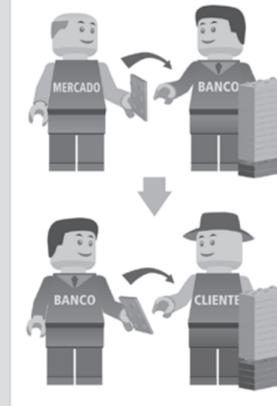
que podem diminuir o *spread* (veja quadro no fim da página).

Segundo o relatório, o crédito é muito baixo, de qualidade ruim – por conta da concentração bancária e do alto número de operações de curto prazo – e seus custos são “inegavelmente absurdos”, com taxas de juros muito superiores às da expansão do PIB e às de quase todas as economias do mundo. Por outro lado, o relatório observa que a alta taxa básica de juros (Selic) tornou-se uma vantagem, já que permitiu usar o recurso de baixar os juros para combater a crise.

Os cinco itens que compõem o *spread*

- 1) Custo administrativo:** manutenção de espaço físico, recursos humanos e operacionais, etc.
- 2) Inadimplência:** recursos reservados para cobrir riscos de calote, devem equivaler a 20% das provisões para devedores duvidosos, de acordo com regras do Conselho Monetário Nacional.
- 3) Custo do compulsório:** custo de deixar parte dos recursos depositados no Banco Central com rendimento inferior ao que os bancos obteriam, caso pudessem emprestar esses recursos.
- 4) Tributos e taxas:** Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
- 5) Resíduo:** é a diferença entre o *spread* total e a soma dos quatro componentes anteriores. Pode indicar a margem de lucro do banco ou outras situações, como subsídios nos empréstimos com recursos direcionados (como crédito rural e repasses do BNDES).

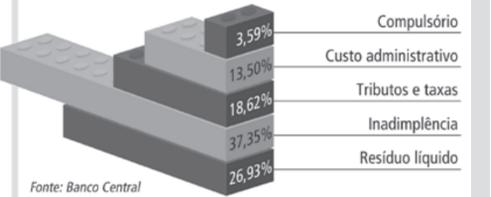
O que é *spread*?



Captação
O banco paga juros para captar recursos. Esse dinheiro é usado, entre outras coisas, para o banco emprestar e obter lucro com essa operação.

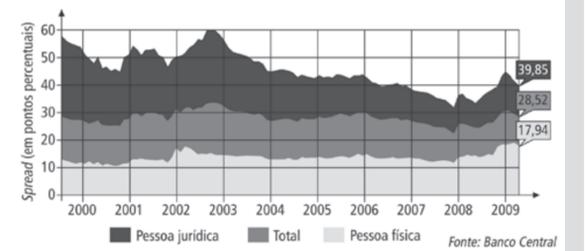
Empréstimo
Ao emprestar dinheiro, o banco cobra uma taxa de juros maior do que a que pagou para captar esse dinheiro.

Composição do *spread*



Spread caiu até 2007, depois, subiu

O *spread* cobrado nas operações com pessoas físicas caiu significativamente, enquanto o cobrado de pessoas jurídicas ficou praticamente estável entre o início de 2003 e o fim de 2007. Nesse período, a economia passou a crescer, a taxa Selic caiu e houve melhora das contas públicas. Houve avanços institucionais, como a nova Lei de Falências (Lei 11.101, de 2005), a ampliação da alienação fiduciária, a possibilidade de penhora eletrônica, a implementação do novo sistema de pagamentos brasileiro, a introdução do patrimônio de afetação e a melhoria do grau de garantia da Cédula de Crédito Bancário.



Recomendações da comissão

Redução do *spread* e da inadimplência

Cadastro positivo – Construção de um banco de dados com o histórico de crédito dos clientes para identificar os bons pagadores. Projeto em tramitação no Congresso prevê também autorização para ampliar as análises de risco dos cadastrados em bancos de dados.

Portabilidade cadastral – Resolução do Conselho Monetário Nacional de 2006 obriga os bancos a enviar, em 15 dias, informações cadastrais relevantes para outros bancos, contribuindo para a concorrência entre eles. O problema é que a resolução não define limite de tarifas.

Fundo público de aval – O instrumento pode oferecer garantias de empréstimo especialmente para pequenas empresas, reduzindo as taxas cobradas. Este ano, o governo já criou diversos deles.

Alavancagem – Bancos que estimassem corretamente ao BC os índices de inadimplência de sua carteira poderiam ter maior alavancagem (permissão para emprestar mais). Caso o índice de inadimplência verificado de fato seja muito diferente do

projetado, o banco sofreria punição, como o pagamento de multa ou alavancagem menor no período seguinte.

Estímulos fiscais – Os bancos somente poderiam abater despesas referentes a créditos irrecuperáveis se a inadimplência tiver sido corretamente prevista (admitindo uma tolerância).

Desestímulo à concessão irresponsável de crédito – Benefícios fiscais concedidos a bancos e a empresas de varejo que vendem parceladamente seriam proibidos para empresas que têm metas de desempenho de vendas. Os benefícios ficariam vinculados a metas por vendas efetivamente pagas.

Aumento da concorrência entre os bancos

Redução de tarifas para transferências entre contas do mesmo titular em diferentes bancos – Essas taxas são formas de prender o cliente.

Compartilhamento de terminais de autoatendimento – A instalação de uma rede de terminais tem custo altíssimo e representa uma barreira à entrada de concorrentes.

Redução das restrições à entrada de novos agentes de financiamento – Atualmente, só instituições financeiras podem conceder empréstimos. Essas empresas têm que ser organizadas em sociedades anônimas. Desde que o financiamento tenha como fonte recursos próprios, que seja proibida a captação e que esteja sujeito às normas tributárias e de prevenção de lavagem de dinheiro, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderia conceder empréstimos.

Aperfeiçoamento do marco regulatório do sistema financeiro – O combate ao abuso de poder econômico ficaria a cargo dos órgãos de defesa da concorrência, a exemplo do que acontece internacionalmente. Hoje, essa tarefa é do BC.

Estímulo à competitividade – A rentabilidade e os preços do sistema financeiro são alvo de poucos estudos para avaliar práticas anticompetitivas. Com esses dados seria possível testar se a lucratividade dos bancos é compatível com o nível de risco assumido.

Portabilidade das alíquotas de imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras – A diminuição

da alíquota de acordo com o tempo de aplicação tem como justificativa o estímulo à poupança de longo prazo. Porém, a portabilidade de aplicações entre bancos, sem afetar o prazo de aplicação, estimularia a concorrência.

Uso da Caixa Econômica Federal para baixar os juros – A Caixa é o único banco estatal comercial cuja totalidade do capital pertence à União. Os demais têm acionistas minoritários, que poderiam se sentir prejudicados.

Melhoria da divulgação das taxas de juros cobradas

Redução do depósito compulsório
Redução dos depósitos compulsórios – Uma liberação dos compulsórios quando a economia estiver aquecida pode forçar o BC a elevar a Selic, com efeito negativo sobre os *spreads*.

Outras medidas

Manutenção do crédito direcionado – São eles: crédito rural, repasses do BNDES e o financiamento imobiliário do Sistema Financeiro da Habitação.

Reforço da supervisão bancária – Mesmo tendo uma regulamentação elogiada, ainda há melhorias possíveis, mais visíveis depois da crise que atingiu outros países.

Regulação mais rígida para os derivativos – Coibir operações que escapem à autorregulação e à regulação estatal. Para isso, será necessária integração às autoridades monetárias e aos organismos internacionais.

Melhorar a transparência bancária e financeira – O BC tem condições de oferecer estatísticas mais completas sobre crédito e instituições financeiras, especialmente sobre a análise das classificações de riscos dos créditos concedidos, da inadimplência e das provisões, inclusive comparando com os índices observados de instituições privadas, que operam com modalidades semelhantes. O BNDES já publica na internet lista de seus principais clientes anuais. Os bancos estatais podem adotar o mesmo procedimento.

Aprimorar a metodologia de cálculo do *spread*

Educação financeira – Realização de novas campanhas alertando para os riscos de inadimplência e enfatizando que o

relevante é o gasto com juros, e não se o tomador pode arcar com o valor da prestação. O credor deveria ser obrigado a informar, além da taxa de juros, qual o valor, em reais, que está sendo pago a título de juros e o que isso representa em número de prestações.

Eficiência das ações governamentais – Distância entre medidas anunciadas e sua implementação efetiva. Por exemplo: programa emergencial para o capital de giro da construção civil: foram liberados R\$ 3 bilhões em outubro de 2008, mas aplicados somente R\$ 50 milhões até fevereiro, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Melhoria do cenário macroeconômico

Estabilidade econômica e equilíbrio das contas públicas – Contenção da expansão de gastos primários, o que pode ser feito por meio do projeto de lei que limita a expansão dos gastos com pessoal, que originalmente integrava o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), até hoje não aprovado.

Elaboração do Orçamento – A elaboração dos orçamentos e a gestão contábil, financeira e patrimonial da administração pública precisam de reestruturação geral. O plano plurianual e o Orçamento devem ser instrumentos úteis e realistas. A execução financeira e a contabilidade devem espelhar fiel e automaticamente as transações do setor público.

Relacionamento entre Tesouro e Banco Central – Medida provisória vinculou em 2008 a receita do resultado positivo do Banco Central ao pagamento da dívida. Porém, os recursos não vêm sendo utilizados dessa forma.

Equilíbrio das medidas tributárias de estímulo econômico – São necessárias em caráter emergencial, mas têm efeitos colaterais. O impacto nos fundos de participação e regionais é um deles. O ideal seria não concentrar as medidas de estímulo em impostos compartilhados com outros entes da Federação, como o IPI.

Reforma tributária – A desoneração tributária dos investimentos fixos e das exportações é urgente para aquecer a economia e gerar empregos.

decisões



Presidida por Demostenes Torres (E), a CCJ entende que os seringueiros colaboraram para o esforço de guerra

Proposta equipara seringueiros a pracinhas

De acordo com PEC de Expedito Júnior, “soldados da borracha” merecem pensão e assistência que beneficiam ex-combatentes da 2ª Guerra

Os seringueiros recrutados na Amazônia para trabalhar durante a 2ª Guerra Mundial passarão a ter os mesmos direitos de ex-combatentes. É o que prevê proposta de emenda à Constituição (PEC 19/09) – aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – que agora vai a Plenário.

A proposta do senador Expedito Júnior (PR-RO) cria pensão especial igual à de segundo-tenente das Forças Armadas; pensão à viúva ou ao dependente; assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes; aposentadoria integral; e prioridade na compra da casa própria. A PEC prevê ainda que a lei vai definir reparação econômica aos seringueiros, hoje estimados em 600.

Segundo Expedito Júnior, os “soldados da borracha”, embora não tenham participado dos combates, estiveram sujeitos a

condições de trabalho e sobrevivência adversas, contribuindo diretamente para o objetivo das Forças Aliadas de derrotar as “potências do Eixo”.

O senador lembra que, em 1943, o Brasil assinou acordo de cooperação com os Estados Unidos, que determinou o envio de homens à guerra e também a remessa de borracha dos seringueiros amazônicos para uso na indústria bélica daquele país.

Pela proposta, apenas um direito não será estendido ao seringueiro: o aproveitamento do ex-combatente no serviço público, sem a exigência de concurso e com estabilidade.

O relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), entende que a PEC “faz justiça àqueles que colaboraram com o esforço de guerra, assegurando a produção e o abastecimento de borracha aos exércitos aliados”.

A CCJ rejeitou projeto (PLC

170/08) que altera o Código de Processo Civil (CPC) para que as mensagens eletrônicas transmitidas pela internet tenham a presunção de veracidade quanto ao seu emitente e às suas declarações – desde que estejam certificadas digitalmente.

Já aprovado pela Câmara e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o projeto foi barrado pela CCJ, que considerou que o trabalho dos juízes poderia ser dificultado, pois a Justiça já vem aceitando *e-mails* como provas, sem a necessidade de certificação digital.

O relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), havia apresentado parecer pela aprovação. No entanto, os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Demostenes Torres (DEM-GO), Ideli Salvatti (PT-SC), Geraldo Mesquita Júnior e Raimundo Colombo (DEM-SC) defenderam a rejeição do projeto.

Dependentes de até 24 anos podem ter pensão de servidor

A pensão por morte de segurado da Previdência Social poderá beneficiar filho ou irmão, até os 24 anos de idade, desde que o beneficiado esteja cursando o ensino superior ou o ensino técnico de nível médio. Proposta com esse objetivo foi aprovada pela CCJ e segue para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta é resultado de um substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projetos dos senadores Expedito Júnior (PR-RO) e Cristovam Buarque (PDT-DF) – PLSs 49/08 e 140/08, respectivamente.

Os autores da proposta argumentam que seria injusta a interrupção dos estudos nessa idade em razão da morte dos pais ou responsáveis legais.

O texto modifica a Lei 8.213/91, sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e autoriza a alteração, pelo Executivo, da Lei 8.112/90 – o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, uma vez que o Congresso não pode legislar sobre servidor público da União. A competência, nesse caso, é do presidente da República.

Projeto aprovado dá prazo maior para defensorias públicas

As defensorias públicas terão o dobro do prazo (60 dias) para dar entrada com o processo principal após ter obtido medida cautelar para uma causa. É o que determina proposta do relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), aprovada pela CCJ, com base em projeto (PLS 347/08) do ex-senador Marco Antonio Costa.

O texto mantém o prazo fixado pelo Código de Processo Civil, de 30 dias, para casos que não estejam sob a responsabilidade da defensoria pública. ACM Júnior acha que a ampliação do prazo para todas as causas é desnecessária porque tanto o autor da ação como o réu têm interesse em definir a situação o quanto antes.

Pelo processo civil, a medida cautelar assegura um direito ameaçado, enquanto o processo principal traz informações completas e provas adicionais. Um exemplo disso: o cidadão entra com uma medida cautelar para tirar o seu nome da lista do Serasa, incluído indevidamente na relação daqueles que têm pendências financeiras, e depois entra com o processo principal para provar que não é devedor.

Assinado acordo para combater compra de pornografia infantil

A CPI da Pedofilia, a Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, a ONG Safenet, a Polícia Federal e o Ministério Público assinaram termo de cooperação para combater a compra e venda de pornografia infantil na internet. A comissão e as entidades denominaram o acordo de “coalizão financeira”.

As 40 empresas representadas pela Abecs (como a Visa, a Redecard e a Caixa Econômica Federal, entre outras), que procurou a CPI voluntariamente,

se comprometem a desenvolver mecanismos e ferramentas para bloquear compra e venda de imagens e vídeos de sexo e pornografia infantil. A maioria dos sites está hospedada em países da Ásia, além de outros do Leste Europeu, chamados de “paraísos cibernéticos”.

A Safenet fará o cruzamento dos sites cadastrados pelas operadoras de cartão de crédito com os endereços da Central Nacional de Denúncias de Crime Cibernético. A partir daí, PF e Ministério Público serão informados para iniciar a investigação.



O presidente da CPI, senador Magno Malta (D), assina acordo com associação de cartões de créditos, polícia, Ministério Público e ONG de combate à pedofilia

Empresário e médico de Catanduva atribuem acusações a enganos

O empresário José Emanuel Volpon Diogo e o médico Wagner Rodrigo Brida Gonçalves negaram envolvimento com rede de pedofilia de Catanduva (SP).

Volpon Diogo disse que se tornou suspeito porque seu carro foi confundido com o usado por pedófilos. Segundo ele, para preservar o casamento, omitiu que havia estacionado na frente de uma escola com sua amante. Apenas no segundo depoimento contou a

verdade. E pediu a quebra do sigilo de seus telefones e computador para comprovar sua inocência.

Brida Gonçalves atribuiu sua situação de suspeito à descrição que crianças fizeram da casa em que sofreram abusos. No entanto, disse, 13 crianças não o reconheceram como agressor.

O prefeito de Sebastião Barros (PI), Geraldo Mineiro, acusado de assediar crianças, afirmou sua inocência à CPI e se calou.

agora é lei

Adoção tem novas regras

Foi sancionada pelo presidente Lula na segunda-feira passada e entra em vigor em 90 dias a nova lei de adoção. A Lei 12.010/09 inclui direitos como a reavaliação pela Justiça, a cada seis meses, da situação de crianças ou adolescentes que estejam em abrigos. A intenção é que o juiz decida pela reintegração familiar ou a adoção em família substituída.

O texto determina que os menores não devem ficar mais do que dois anos em abrigos e que a manutenção ou reintegração da criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a outra providência. A família será então incluída em programas de orientação e auxílio. Outra novidade é o conceito de família ampliada a ser considerado pelo juiz na hora

de dar preferência à adoção dentro da família: serão privilegiados parentes próximos com os quais a criança convive e mantém vínculos afetivos.

Será permitida a adoção por solteiros maiores de 18 anos e por casais casados civilmente ou em união estável. A pessoa ou casal deve passar por estágio de convivência com a criança de no mínimo 30 dias. No caso de adoção por estrangeiros, o período deve ser cumprido dentro do território nacional. Na colocação em família substituída, a criança será previamente ouvida. Se maior de 12 anos, será necessário seu consentimento. Irmãos devem ser adotados pela mesma família.

A nova lei altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

comissões

Critérios para revalidar diplomas em debate na CE

A definição de critérios para revalidação de diplomas obtidos no exterior foi defendida em debate na Comissão de Educação (CE), que discutiu o projeto (PLS 400/07) que permite a revalidação por universidades, para dar agilidade ao processo. Participaram, entre outros, representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras.

Representante do Ministério da Educação Samuel Feliciano disse que o governo vai criar um projeto piloto de revalidação de diplomas.

Escola em tempo integral é aprovada na CCJ

Proposta que cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos em escolas estaduais e municipais foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. Pelo projeto (PLS 320/08), de Cristovam Buarque (PDT-DF), as escolas do programa oferecerão horário integral e equipamentos e métodos pedagógicos modernos, beneficiando 3 milhões de alunos por ano, sob a supervisão do Ministério da Educação e com a colaboração do estado e do município. O ministério definirá critérios para a escolha das cidades onde o programa será implantado a cada ano.

MORTALIDADE INFANTIL E EDUCAÇÃO EM TURISMO

A Comissão de Assuntos Sociais discutirá nesta terça a mortalidade infantil e, em conjunto com as comissões de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional, a instituição de uma entidade para o ensino profissionalizante do turismo, como as que já existem para o comércio, a indústria, a agricultura e os transportes, ou seja, uma nova entidade nos moldes do "sistema S".

PRAZO PARA ISENÇÃO DE IR SOBRE LUCRO IMOBILIÁRIO

A pessoa que vende um imóvel residencial e tem, hoje, 180 dias para comprar outro com isenção de Imposto de Renda sobre o lucro imobiliário poderá ter o prazo estendido para um ano. A medida consta de projeto (PLS 21/09) de Papaléo Paes (PSDB-AP) aprovado pela CCJ e que segue para votação final na CAE. Segundo o relator, Almeida Lima (PMDB-SE), a perda de arrecadação será mínima.

projetos aprovados

De 3 a 7 de agosto

Plenário

➔ **Projeto de Lei da Câmara (PLC) 95/02** – Obriga os presídios a oferecerem cursos destinados à formação no ensino fundamental e no ensino médio, integrados ao sistema escolar de cada estado. Os cursos devem ser oferecidos nas modalidades de educação de jovens e adultos ou de educação a distância. Torna ainda obrigatória a oferta de cursos e programas de educação profissional aos presos. Volta à Câmara.

➔ **PLC 59/06** – Torna obrigatório o fornecimento de bolsas de colostomia pelos planos e seguros privados de saúde. Volta à Câmara.

➔ **PLC 48/08** – Regulamenta a contagem de prazo prescricional na hipótese de protesto extrajudicial. O início do prazo será a data de registro do processo, resolvendo o problema do hiato entre a data de protocolo do protesto e a de seu efetivo registro. Volta à Câmara.

➔ **PLC 1/09** – Obriga a desinfecção e esterilização dos instrumentos e utensílios utilizados por barbeiros, manicures, pedicures, tatuadores e aplicadores de piercings. Volta à Câmara.

➔ **Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 283/08** – Aprova convenção internacional para a prevenção da poluição por navios. Vai à promulgação.

➔ **PDS 319/09** – Aprova convenção entre o Brasil e o Peru para evitar dupla tributação e prevenir a evasão fiscal. À promulgação.

➔ **PDS 388/09** – Memorando de entendimento entre Brasil e Venezuela no campo da cooperação científica e tecnológica. À promulgação.

➔ **PDS 393/09** – Protocolo de cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa. À promulgação.

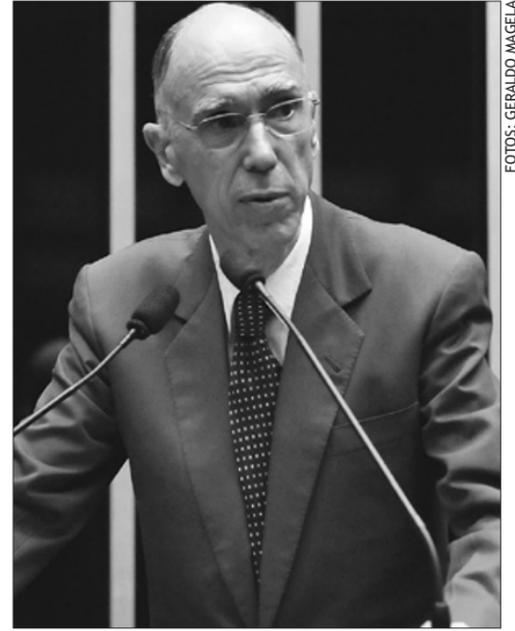
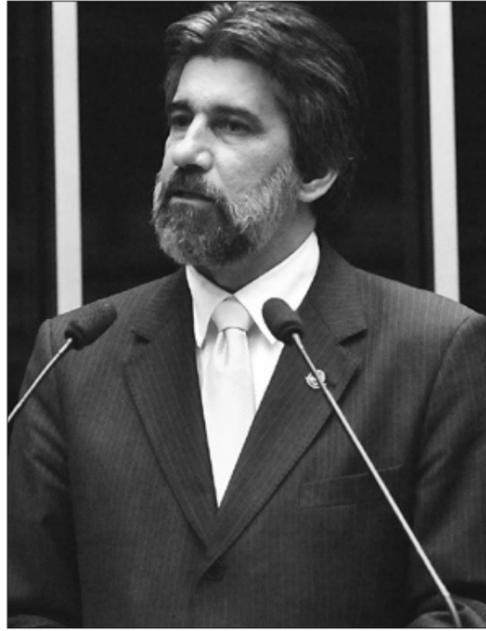
➔ **PDS 395/09** – Acordo de cooperação técnica entre Brasil e Ruanda. À promulgação.

Comissões

➔ **PLS 347/08** – Altera o Código de Processo Civil para fixar em 60 dias o prazo para a propositura do processo principal, a partir da efetivação da medida cautelar concedida em procedimento preparatório. Da CCJ vai à Câmara.

➔ **PLSs 355, 377 e 428/08** – Autoriza o Poder Executivo a criar os centros federais de Educação Tecnológica de Humaitá (AM), de Guarabira (PB) e de Borrazópolis (PR).

Por meio de decreto legislativo, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou atos de outorga para a exploração de serviços de radiodifusão em 31 municípios.



Proposta de Valdir Raupp (E) sobre rádios comunitárias deve ser incluída por Marco Maciel na reforma eleitoral. Mudanças no Senado levam a nova votação na Câmara, mas prazo é curto: para valer em 2010, lei deve ser publicada até 4 de outubro

Senado começa debate sobre reforma eleitoral

Comissões recebem presidente do TSE para falar sobre regulamentação da campanha na internet, que já sofre críticas de parlamentares e de entidades

As comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Constituição e Justiça (CCJ) debatem, nesta quarta-feira, com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Ayres Britto, e representantes de provedores da internet a reforma eleitoral aprovada pela Câmara – especialmente a liberação do uso da internet na campanha de 2010.

Pela proposta (PLC 141/09), os provedores de conteúdo na internet são proibidos de apoiar um candidato. Fica permitida a utilização da rede na captação de recursos por cartão de crédito.

A Associação Nacional dos Jornais, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) e o presidente do TSE já criticaram as regras aprovadas na Câmara. As multas, sanções e o direito de resposta impostos à

rede, para Miro Teixeira, são um tipo de censura. Já o ministro Ayres Britto interpreta que não há como regular a internet.

A reforma só valerá para as próximas eleições se o projeto for sancionado até 30 de setembro deste ano. No entanto, a proposta deve sofrer mudanças no Senado, o que forçará nova votação na Câmara nesse prazo. Apontado como relator na CCJ, Marco Maciel (DEM-PE) já acenou que deve propor, pelo menos, duas alterações ao texto, o que determinaria a necessidade de nova votação pelos deputados.

Uma das mudanças a ser sugerida por Maciel diz respeito às rádios comunitárias, que hoje estão livres das regras a que estão submetidas as empresas de radiodifusão e as emissoras do Poder Legislativo.

Por isso, Maciel vai sugerir que a proposta da Câmara incorpore o projeto do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que aplica as normas de propaganda eleitoral às rádios comunitárias (PLS 212/09), que já foi aprovado pela CCT no dia 15 de julho passado, com parecer favorável de Maciel.

Depois de conversar com o relator da reforma eleitoral na Câmara, deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), Maciel disse ser prudente explicitar que, além da boca de urna, a distribuição de camisas, bonés e broches no dia da eleição é crime. A sugestão da Câmara é que esse detalhamento saia da lei.

A proposta também limita a ação da Justiça Eleitoral: processos que possam resultar em perda de mandato devem ser julgados em até um ano.

CE aprova Semana Nacional de Saúde na Escola

Para incentivar escolas e famílias a levar estudantes a fazer exames clínicos, poderá ser criada a Semana Nacional da Saúde na Escola, conforme projeto (PLS 70/08) da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Pela proposta, o poder público é autorizado a promover avaliações de saúde bucal e nutricional, além de acuidade visual e auditiva, em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS). A ideia é que a iniciativa ocorra anualmente na primeira semana de agosto.

Muitas crianças que já foram consideradas menos capazes e inteligentes tinham, na verdade, problemas auditivos e visuais – disse o relator, Augusto Botelho (PT-RR).

Dois requerimentos foram aprovados na CE: um deles solicita a realização de debate sobre projeto (PLC 45/08) que trata do patrimônio cultural subaquático brasileiro. O segundo prevê a realização de conferência sobre a saúde mental materno-infantil.

Doença grave pode levar a isenção de IR a servidor

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a isenção do Imposto de Renda (IR) a servidor público licenciado para tratamento de doenças graves como câncer, Aids e tuberculose. A proposta, que levou em conta projetos dos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Osmar Dias (PDT-PR) – PLSs 325/08 e 356/08, respectivamente –, segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Assim, o servidor público é equiparado ao aposentado já beneficiado com a isenção de IR pelas doenças listadas na Lei 9.250/95. O relator, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), observa que “é uma injustiça que o servidor em atividade não tenha o mesmo benefício do aposentado”.

A CAS aprovou ainda projeto (PLS 477/08) do senador Mão Santa (PMDB-PI) garantindo que recursos da Seguridade Social permaneçam no sistema.

decisões

Definidas regras socioambientais para biocombustíveis

Projeto inclui na política energética nacional a exigência de que a produção de etanol e outras matrizes deverá respeitar meio ambiente e não recorrer a trabalho infantil ou escravo

A produção de biocombustíveis deverá ser realizada com a observação de critérios socioambientais, como a não utilização de trabalho infantil ou escravo e evitando o desmatamento de florestas ou vegetação nativa. A determinação está prevista em projeto aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) que agora vai ser votado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa.

A exigência passa a existir com a inclusão de uma emenda à Lei 9.478/97, que trata da política energética nacional. Segundo

explica o autor do projeto (PLS 213/09), senador Valdir Raupp (PMDB-RO), embora o Brasil detenha, no mundo, uma das mais avançadas tecnologias para a produção de biocombustíveis, essa produção tem sido alvo de críticas, "muitas vezes destituídas de fundamento".

– Temos sido acusados de expandir a produção de etanol e de biodiesel à custa da destruição da Floresta Amazônica, bem como do emprego de trabalho escravo e de trabalho infantil, o que, na maioria das vezes, não é verdade – afirmou Raupp, na justificativa ao projeto.

Para o senador por Rondônia,

a medida mais eficaz para combater essa propaganda, que prejudica o Brasil, é elaborar uma legislação que determine que a produção de biocombustíveis seja realizada em conformidade com adequados padrões socioambientais.

Em seu parecer favorável ao projeto, o senador Gilberto Goellner (DEM-MT) lembrou que o mercado mundial, especialmente o europeu, vem cada vez mais exigindo dos produtores de biocombustíveis a adoção e a prática de critérios socioambientais em sua cadeia produtiva.

– Essas garantias, para a gran-

de maioria dos que as exigem, devem ser atestadas por meio de mecanismos confiáveis, capazes de assegurar que a utilização de processos agroindustriais para a produção desses combustíveis não vá de encontro aos princípios do desenvolvimento sustentável – justificou Goellner.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou o projeto, por estar em sintonia com o pensamento do Brasil sobre desenvolvimento sustentável.

Já o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) disse que é preciso zelar pelo futuro das crianças e extinguir, de vez, o trabalho escravo no Brasil.



Gilberto Goellner lembra que exigência amplia chances de o etanol brasileiro ser vendido no mercado europeu

CCJ aprova venda de carros de passeio movidos a diesel

Carros movidos a diesel com capacidade de carga de, no máximo, mil quilos poderão ser comercializados em todo o país, caso vire lei projeto aprovado pela CCJ na semana passada.

O texto agora segue para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes de ser enviado à Câmara. Caberá à Agência Nacional do Petróleo (ANP) regulamentar a utilização do diesel nesses carros.

O projeto (PLS 656/07) foi apresentado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) e recebeu parecer favorável do relator, Francisco Dornelles (PP-RJ).

Segundo Camata, a medida abrirá o acesso dos brasileiros a carros menores e mais baratos, movidos a diesel.

Aprovada isenção da Cide para diesel usado na agricultura

O óleo diesel usado nas produções agrícola e de energia elétrica poderá ficar isento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Combustíveis). É o que prevê proposta aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O texto, já votado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

O objetivo do projeto (PLS 597/07), segundo o autor, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), é criar condições econômicas para a viabilização de duas atividades essenciais para a economia brasileira: a geração de energia elétrica e a produção agrícola.

FREIO NAS OFICINAS

A substituição e a retirada de peças e componentes de veículos sem autorização prévia do proprietário poderão dar entre três meses e um ano de cadeia e multa equivalente ao prejuízo causado no período em que o veículo ficou nas oficinas para reparos ou orçamento. Essa pena, prevista em projeto (PLS 143/08) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), é a mesma estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor para furtos de objetos e peças.

DEBATES AMBIENTAIS

Por iniciativa do senador Jefferson Praia (PDT-AM), a CMA vai examinar a exportação para o Brasil de lixo em contêineres provenientes de países desenvolvidos. Serão convidados o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o presidente do Ibama. A senadora Marina Silva (PT-AC) também teve duas propostas de realização de debates aprovadas pela comissão: sobre o impacto dos produtos transgênicos na agricultura e sobre a revisão da política ambiental do BNDES.

Governo quer usar distribuidoras para fortalecer a Eletrobrás



Márcio Zimmermann (E) e o senador Antônio Carlos Valadares: governo é contrário à privatização

O governo confirmou o apoio, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), à aprovação do projeto (PLS 51/04) que exclui cinco distribuidoras estaduais de energia elétrica, federalizadas desde a década de 1990, do Programa Nacional de Desestatização (PND). Em debate na comissão, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, disse que essas empresas devem ser fortalecidas, para compor no futuro um núcleo de distribuição da Eletrobrás, a estatal que opera na produção de energia elétrica.

– A expectativa é de que elas venham a fazer parte das subsidiárias que dão retorno. Será um bom negócio para a Eletrobrás ter essa vertente na área de distribuição – afirmou Zimmermann.

As concessionárias operam em Rondônia (Ceron), Acre (Eletroacre), Alagoas (Ceal),

Amazonas (Ceam) e Piauí (Cepisa). Desde a federalização, como parte do ajuste fiscal desses estados, as empresas foram vinculadas à Eletrobrás. Seria uma situação temporária, até a privatização. No entanto, ainda no governo passado, a privatização do setor elétrico foi desacelerada, na sequência da crise do apagão.

O governo atual mudou as diretrizes para o setor, optando pelo fortalecimento da ação estatal. O sinal mais firme, no ano passado, veio com a retirada formal da Eletrobrás do PND. No entanto, só mais recentemente demonstrou que também pretendia manter as concessionárias que haviam sido "estacionadas" na estatal.

O PLS 51/04 é da senadora Fátima Cleide (PT-RO) e será votado em decisão terminativa na CCJ.

ambiente legal

Fórum sugere medidas para incentivar a proteção da floresta

O Fórum Amazônia Sustentável, que reúne 168 organizações da sociedade civil e empresas do país, entregou ao governo sugestões para a proposta brasileira de adoção dos mecanismos de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal. As sugestões incluem o oferecimento de compensações financeiras, mais atraentes economicamente que o desmatamento, às populações tradicionais da Amazônia para que colaborem com as ações de preservação.

Minc apresenta planos em Londres

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, apresentou na semana passada ao ministro de Energia e Mudanças Climáticas do Reino Unido, Ed Miliband, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, em que o país assume o compromisso de reduzir o desmatamento em 70% até 2017. Minc ressaltou que o Brasil deverá elevar em 10% ao ano a parcela do etanol na matriz de combustível, evitando a emissão de 500 milhões de toneladas de CO₂ em dez anos.

RICOS TÊM QUE AJUDAR

Minc e Miliband conversaram sobre a Conferência das Partes sobre o Clima, que ocorrerá em Copenhague (Dinamarca), em dezembro, prazo final para um novo acordo global sobre o clima. Segundo Miliband, o mundo precisa alcançar um compromisso equilibrado, envolvendo todas as partes. Ele disse concordar com a tese de que os países desenvolvidos, como a Grã-Bretanha, que emitiram mais gases nocivos ao longo dos últimos 150 anos, devem fazer mais pelo ambiente do que países mais pobres em desenvolvimento.

KYOTO LIMITADO

A reunião de Copenhague discutirá o chamado Tratado pós-Kyoto. Firmado em 1997 para vigorar até 2012, o Protocolo de Kyoto estabeleceu metas para corte de emissões de gases poluentes entre as nações desenvolvidas, mas poupou os países em desenvolvimento, perdendo eficácia. O fato de os Estados Unidos, maior emissor histórico de poluentes, haverem se retirado do acordo limitou ainda mais seu alcance.

VIAGEM APROVADA

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas aprovou o envio de cinco parlamentares ao encontro na Dinamarca. A presidente da comissão, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), lembrou que é preciso aprofundar os acordos internacionais sobre o clima, enquanto o deputado Sarney Filho (PV-MA) previu papel relevante do Brasil na conferência.

relações exteriores

Ministério da Defesa recebe homenagens

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), disse, durante homenagem em Plenário ao décimo aniversário do Ministério da Defesa, que a unificação das três Forças Armadas foi um importante avanço no estado democrático de direito. Ele também afirmou que as Forças Armadas exercem papel importante dentro do jogo político do país, porém circunscrito ao campo institucional.

– A unificação foi decisiva para o desembarço e o sucesso das novas forças militares, por justiça e coerência, como prova do profundo espírito de nacionalismo e submissão ao estado democrático de direito que inspira a organização das Forças Armadas – afirmou.



J. FREITAS

Heráclito Fortes diz que união das Forças Armadas foi importante avanço no Estado de direito

A 2ª vice-presidente do Senado, Serys Slhessarenko (PT-MT), também saudou os ministros que passaram pela pasta (Hélcio Álvares, Geraldo Magela Quintão, José Viegas Filho, José Alencar, Valdir Pires e Nelson Jobim) e as mulheres que trabalham nas Forças Armadas.

Brasil poderá reconhecer países surgidos de golpes

A Comissão de Constituição e Justiça rejeitou na semana passada proposta de emenda à Constituição (PEC 16/08) que vedava o reconhecimento, pelo Brasil, de países latino-americanos criados a partir de secessão (divisão) de nações já existentes.

Apesar de admitirem a relevância da preocupação do autor, Cristovam Buarque (PDT-DF), os senadores alegaram que a proposta violaria os princípios da au-

todeterminação dos povos, da autonomia das nações e da não ingerência.

Antes da votação, Cristovam enfatizou que não iria “fazer um cavalo de batalha” em defesa da proposta, pois sua intenção havia sido dificultar as divisões baseadas em golpes e insurreições de países com os quais o Brasil mantém boas relações, como, por exemplo, o recente movimento separatista na Bolívia.

FÓRUNS PARA COPA

As assembleias legislativas dos estados nordestinos em que houver jogos da Copa do Mundo de 2014 realizarão fóruns regionais para debater ações de fomento ao turismo e de melhoria da infraestrutura, promovidos pelas comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado e de Desporto e Turismo da Câmara. O primeiro fórum está previsto para ocorrer em Manaus, nesta quinta-feira, seguido por Fortaleza e Natal, em datas a serem confirmadas.

MILITARES NA COLÔMBIA

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) solicitou à embaixada colombiana um encontro com o presidente Álvaro Uribe, que esteve em Brasília na semana passada. O pedido foi apresentado após Pedro Simon (PMDB-RS) lamentar a decisão colombiana de permitir o aumento da presença militar dos EUA em seu país. Os militares norte-americanos poderão utilizar até sete bases em território colombiano. Pedro Simon advertiu que o acordo poderá prejudicar o ambiente político na América do Sul.

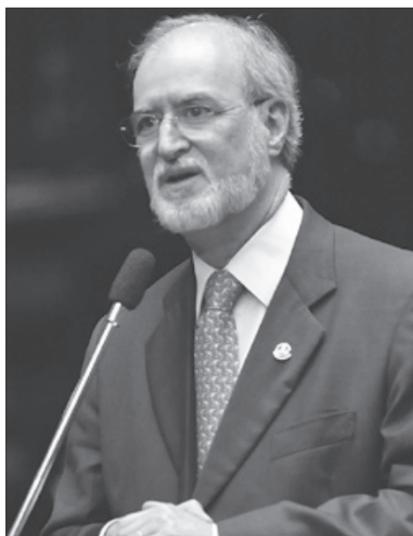
Grupo de senadores visita Haiti na quinta

Delegação avalia atuação das tropas brasileiras na missão de paz. Comissão de Relações Exteriores também aprova sete acordos internacionais

Uma delegação de senadores visitará o Haiti quinta e sexta-feira desta semana para acompanhar a atuação de tropas brasileiras junto à Missão de Paz das Nações no país.

A delegação viajará em avião da Força Aérea Brasileira e será composta por quatro senadores – João Pedro (PT-AM), Gerson Camata (PMDB-ES), José Nery (PSOL-PA) e o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor da sugestão –, além de assessores da comissão.

A CRE aprovou ainda um projeto de lei e sete projetos de decreto legislativo (PDSs) tratando de acordos internacionais. O Projeto de Lei 463/08, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), permite a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre equipamentos de segurança e de inteligência policial adquiridos pelos órgãos de segurança pública e gabinetes



GERALDO MAGELA

Eduardo Azeredo, presidente da CRE, será um dos cinco senadores que vão avaliar a participação brasileira na missão de paz da ONU no Haiti

militares da União, dos estados e do Distrito Federal.

Pelo PDS 391/09, fica aprovado o protocolo de cooperação firmado por Brasil e França para a criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa; o PDS 392/09 aprova acordo entre o Brasil e El Sal-

vador para isenção de vistos em passaportes comuns; o PDS 394/09 trata de acordo de cooperação econômica entre Brasil e Cazaquistão; pelo PDS 398/09 foi aprovado acordo de cooperação na área de defesa entre Brasil e Equador; o PDS 400/09 trata do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias do Mercosul; o PDS 489/09 aprova acordo entre Brasil e Hungria sobre o exercício de atividades remuneradas por dependentes de diplomatas; e o PDS 510/09 trata de acordo entre Brasil e Paraguai para o estabelecimento de uma faixa sem edificações em zonas urbanas de fronteira.

A comissão acatou também voto de repúdio e censura – proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS) – a declarações do cientista James Watson, ganhador do Prêmio Nobel de Medicina, segundo as quais os negros seriam intelectualmente inferiores aos brancos.

Embraer diz que 4 mil demissões foram inevitáveis

A indústria aeronáutica mundial enfrenta forte retração em suas atividades em decorrência da crise financeira global, e essa situação deve permanecer em 2010. A avaliação foi feita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo vice-presidente-executivo da Embraer, Horácio Forjaz, em debate proposto por Eduardo Suplicy (PT-SP) para examinar os impactos da crise sobre a empresa, uma das cinco maiores do mundo. O senador pediu a readmissão de 4.270 trabalhadores (20% do total) dispensados de uma só vez, em fevereiro.

– As receitas da Embraer vêm principalmente do exterior.



JOSÉ CRUZ

Senadores da CAE em reunião que analisou os impactos da crise na Embraer. Suplicy (A), que propôs o debate, pediu readmissão de 4.270 trabalhadores

Assim, apesar de o mercado brasileiro ser uma ilha de resistência aos efeitos da crise,

essa situação não beneficia a empresa, imersa no olho do ciclone – disse o executivo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Taja
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Moçambique quer seleção em Maputo

Presidente Armando Guebuza convidou time que jogará a Copa de 2010, na África do Sul, a ficar na capital do seu país durante a concentração

Em entrevista ao *Diplomacia*, da TV Senado, o presidente de Moçambique, Armando Guebuza, declarou que pretende transformar seu país em um polo de turismo e que, para isso, deseja a participação dos empresários brasileiros do setor. Um dos planos de Guebuza para colocar o seu país na rota internacional do turismo

envolve a Seleção Brasileira de Futebol. Ele pretende que o time, que em 2010 vai disputar a Copa do Mundo na África do Sul, faça sua concentração na capital moçambicana, Maputo, que fica a 45 minutos de Johannesburgo, capital do país que irá sediar a copa. Em outro bloco, o programa apresenta a posição dos estudantes universitários

brasileiros em relação à integração regional e uma análise do perfil do comércio exterior brasileiro que emerge da crise internacional.

Diplomacia

TV Senado
15/8, sábado, às 11h30 e 22h30
16/8, domingo, às 9h e 17h

TV pode ter novos critérios para transmissões ao vivo

A TV Senado poderá ter maior liberdade para determinar sua programação nas transmissões ao vivo. Foi o que decidiu a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) ao aprovar o texto do parecer de Renato Casagrande (PSB-ES) a projeto de resolução (PRS 58/07) de Expedito Júnior (PR-RO). A proposta segue agora para exame da Mesa diretora.

Apesar de manter a prioridade para as transmissões das sessões do Plenário, a TV Senado poderá deixar de fazê-lo para transmitir, por exemplo, uma reunião de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). A mudança deverá ser autorizada pelo presidente do Senado ou, na ausência dele, por um dos vice-presidentes.

De acordo com a proposta, os eventos que não forem transmitidos ao vivo serão gravados e veiculados na íntegra na grade de programação da emissora e na internet, respeitadas as limitações técnicas. O texto também determina que, durante as transmissões ao vivo, a TV Senado informará aos telespectadores a respeito dos outros eventos que estejam ocorrendo simultaneamente.

Rádio Senado apresenta *Vinte anos sem Raul*

A Rádio Senado apresenta nesta sexta-feira, às 18h (com reprises às 10h de sábado e às 17h de domingo), a reportagem especial *O dia em que a terra parou: Vinte anos sem Raul*, uma homenagem da emissora a um dos mais importantes cantores e compositores brasileiros, que morreu em 21 de agosto de 1989.

A trajetória de Raul Seixas é contada com base em depoimento de Sylvio Passos, presidente do Raul Rock Clube, um dos maiores fã-clubes do roqueiro. Sylvio fala de como Raul despontou no cenário musical brasileiro. A reportagem conta ainda os altos e baixos da carreira do cantor, que alternou períodos de estrelato e de ostracismo, e o período final de sua vida.

Especial

Senado FM e Ondas Curtas
14/8, sexta-feira, às 18h; 15/9, sábado, às 10h; e 16/8, domingo, às 17h
Internet: sexta-feira, 14/8



HAGA/DIVULGAÇÃO

Maria Bethânia e Omara Portuondo inauguram a etapa de diversificação do programa com um *show* em que misturam as músicas cubana e brasileira

Novo *Cidadania* traz os ritmos de Omara e Bethânia

Revista de política da TV Senado, o programa *Cidadania* diversifica seus temas, incluindo atrações culturais.

Entre os destaques dessa área, está o documentário francês *Brasília Minha* e a mistura dos ritmos cubano e brasileiro de Omara Portuondo e Maria Bethânia.

O programa será reapresentado no final de semana seguinte, nos mesmos horários. A TV Senado pode ser vista por meio de canal a cabo e via satélite em todo o Brasil e em canal aberto nas seguintes localida-

des: Gama e entorno do Distrito Federal (canal 36/UHF), João Pessoa (canal 40), Fortaleza (canal 43), Rio de Janeiro – Zona Oeste (canal 49), Brasília (canal 51), Natal (canal 52), Salvador (canal 53), Recife (canal 55) e Manaus (canal 57).

A programação completa da emissora pode ser conferida na página da TV Senado na internet: www.senado.gov.br/tv.

Cidadania

15/8 e 22/8, sábado, às 13h
16/8 e 23/8, domingo, às 13h



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Músico
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Músico
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - EcoSenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Músico
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Músico
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Músico

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: ANTENA PARABÓLICA
Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Correios

"Há preocupação com a saúde, com a educação, mas não há preocupação com o fato de que, na zona rural, especialmente a nordestina, os Correios não entregam nem recolhem correspondências. Isso é uma indignidade! Que a ECT amplie os seus serviços, incluindo os moradores das áreas rurais. Que o Senado Federal contribua efetivamente nesse sentido."

Rogério Castro, de Juazeiro do Norte (CE)

Empreendedorismo

"O programa do governo federal de empreendedorismo para o homem do campo vem demonstrando excelente desempenho, por oferecer às famílias trabalho na agricultura familiar. Esse programa deveria acrescentar mais pessoas na atividade, beneficiando dessa forma o meio ambiente e conservando a fauna e a flora."

Rildo de Oliveira, de Desterro (PB)

Renda

"É impossível melhorar a distribuição de renda no Brasil com a atual política tributária e fiscal, pois os impostos são cobrados regressivamente e os gastos públicos se dirigem preferencialmente para o pagamento de despesas financeiras."

Sérgio Torres, de Petrópolis (RJ)

Crime hediondo

"Parabenizo a senadora Serys Slhessarenko pelo PLS 290/06, em tramitação na CCJ, que permite, em véspera de eleição, a prisão de pessoas que cometem crimes hediondos. Essa modificação na Lei Eleitoral aumenta nossa crença na atividade política. Parabéns à senadora e a todos os que votarem pela aprovação."

Joélia Custódio, de Francisco Morato (SP)

Taxação

"Gostaria que os senadores criassem uma nova categoria de impostos, para serem pagos só pelos políticos."

Fabiano Lima, de Carpina (PE)

Rio Itabapoana

"Peço aos senadores que integram a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para que atuem em prol da preservação do rio Itabapoana, que banha diversas cidades dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse rio está sofrendo danos ambientais como assoreamento e alta taxa de mortalidade de peixes, decorrentes da instalação de várias usinas hidrelétricas, que entram em funcionamento sem um estudo minucioso dos possíveis impactos ambientais. Minha cidade está sofrendo com secas de nascentes e aumento de doenças causadas pela poluição da água."

Rackel Dutra, de Bela Vista (MS)

Teatro

"É lastimável ver políticos se acusando por uma CPI, acreditando que com isso estão satisfazendo os anseios da sociedade (eleitores). Ao final de cada CPI vemos culpados, mas não condenados. Infelizmente nossos representantes ainda acreditam que o cidadão brasileiro acredita em Papai Noel. Quando é que teremos parlamentares capazes de fazer de seus mandatos verdadeiros sacerdócios, se dispendo a propor leis que satisfaçam as necessidades da nação, e não apenas CPIs, criadas mais para desestabilizar esse ou aquele partido, do que com o propósito de melhorar o país? Sem corrupção! Gostaria de ligar a TV e ver uma programação jornalística com informações reais e não com teatro parlamentar feito por políticos em busca de votos."

Ronier Vaz dos Santos, de Timóteo (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases

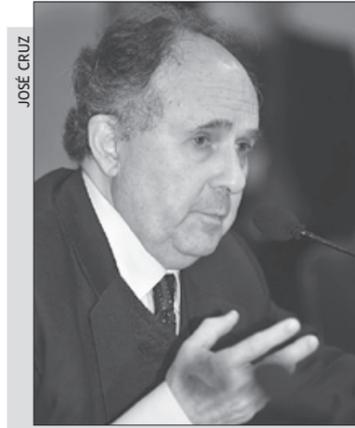
Esta Casa não pode e não haverá de se agachar ao interesse da mídia, que deblatera, como o senhor deblatera, como parlapatão que é. Peço a vossa excelência que evite usar o meu nome

Fernando Collor, em aparte a Pedro Simon, que pediu a renúncia de José Sarney.



Na coerência do meu passado, não tendo cometido nenhum ato que desabone minha vida, não tenho senão que resistir

José Sarney, em discurso em sua defesa.



Eu peço a renúncia dele porque, pelo papel histórico que tem, não merece passar por isso que vocês estão jogando nele.

Cristovam Buarque, acusando os defensores de Sarney.

Vamos deixar claro: o arquivamento de algumas representações no Conselho de Ética não foi vitória de Renan, Sarney ou Collor, foi de Lula.

Pedro Simon, sobre a crise no Senado.

Renúncia é matéria vencida, afastamento é matéria vencida. Não há o que votar, há o que decidir.

Gilvam Borges, em defesa de Sarney.

É uma tentativa de amordaçamento da imprensa brasileira em pleno estado democrático de direito. Isso acontecia no tempo da ditadura.

Arthur Virgílio, que propôs voto de desagravo ao jornal O Estado de S. Paulo, proibido pela Justiça de publicar informações da Operação Boi Barrica, que envolve Fernando Sarney.

Não tem sentido o Brasil criticar a atuação da Colômbia e ao mesmo tempo ser tolerante com a militarização da Venezuela

Eduardo Azeredo, para quem o Itamaraty abandonou a imparcialidade e colocou em xeque sua tradição de mediador.



Posso garantir que não haverá atos secretos durante minha administração. Os que já existem serão objeto de análise para a tomada das providências cabíveis, sem açodamento, mas sem procrastinação

Heráclito Fortes, sobre a anulação dos atos secretos.



pergunte ao senador



Cidades menores poderão ter o Minha Casa, Minha Vida

"Qual a possibilidade de os municípios com população inferior a 50 mil habitantes serem contemplados com o programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal?"
Domingos Sinézio Mendes Ferreira, de Pindaré-Mirim (MA)

O senador **João Vicente Claudino (PTB-PI)** responde: Domingos, sua pergunta é importantíssima. O projeto foi concebido para cidades acima de 100 mil habitantes. Depois o governo abriu o atendimento para cidades acima de 50 mil habitantes e entendeu que, no Nordeste, como por exemplo no Piauí e no Maranhão, mais de 90% dos municípios têm população abaixo de 50 mil habitantes. O governo está fazendo uma readaptação do Minha Casa, Minha Vida, para que nós possamos atender mais famílias e também chegar às zonas rurais dos nossos municípios.

Com informações da Rádio Senado

Busca por uma babá deve ser criteriosa

Muitas famílias dependem da ajuda de alguém que cuide das crianças pequenas quando os pais estão trabalhando. Como nem sempre é viável que familiares ajudem

nessa tarefa, a contratação de uma babá torna-se necessária para as famílias após o nascimento dos filhos. Referências, habilidades e condições de trabalho são fatores que

precisam ser checados e bem analisados pelos empregadores. Casos de babás que agredem crianças assustam as famílias e muitas pessoas se perguntam como garantir uma boa escolha.

Indicações e referências são importantes

A procura por babás pode ocorrer por meio de anúncios em jornal, contatos entre amigos, vizinhos ou ainda por intermédio de empresas especializadas. É sempre recomendável que os pais observem alguns cuidados antes da contratação. A psicóloga Ângela Corrêa, que coordena cursos de babá e recreação infantil, destaca alguns deles:

Empresas de colocação

- ✓ Verifique se a empresa é idônea, há quanto tempo está no mercado, se realiza teste de seleção rigoroso e quais benefícios oferece.
- ✓ Prefira empresas que analisem documentos e referências apresentados pelas candidatas. Atualmente há muita sofisticação na falsificação de registros, endereços e referências. As empresas também devem fazer avaliação psicológica e manter um dossiê da candidata.

Entrevista

- ✓ Agende horários em que possa fazer as entrevistas com calma.
- ✓ Observe se a babá gosta de crianças. Isso pode ser uma característica muito subjetiva e difícil de ser notada, mas é possível identificá-la, por exemplo, se ela demonstrar sentir saudades de crianças de que já cuidou.
- ✓ Verifique o asseio corporal e a linguagem adotados.
- ✓ Pergunte sobre a escolaridade, o histórico familiar, com quem mora, o que gosta de fazer nas folgas, se toma medicamentos ou se faz algum tratamento de saúde.
- ✓ Avalie o conhecimento da babá perguntando o que ela faria em determinada situação, que alimentos sabe preparar etc.
- ✓ Pergunte sobre as crianças de que a babá já cuidou, do que gostavam e que atividades eram feitas com elas.
- ✓ Tente avaliar a empatia da candidata e os graus de afetividade e segurança demonstrados. Se perceber mau humor, leviandade, rancor ou agressividade, desista da contratação.
- ✓ Se optar por uma candidata, relate todo o trabalho que ela deverá fazer e defina horários, folgas e salário.

Período de adaptação

- Período que pode levar de um a três meses e em que o trabalho da babá deve ser acompanhado de perto, checando o que foi feito. Durante esse tempo, a babá deve ser orientada pelos responsáveis pela criança.
- ✓ Não deixe a babá sozinha por muito tempo com a criança, para não gerar ansiedade, medo ou angústia pela ausência da mãe ou do pai.

Etapas e cuidados a observar antes de contratar

Há profissionais que recomendam que os pais não deleguem a função de selecionar a babá. É o caso da psicóloga Fernanda Roche, especialista na capacitação de babás, que também rejeita buscá-las na casa de outra família. "A próxima família a ficar a descoberto pode ser a sua", adverte.

Fernanda Roche sugere que os pais peçam ajuda às boas babás ou empregadas domésticas de amigas, recorram a contatos familiares em cidades do interior ou às famílias de antigas ajudantes. A psicóloga também salienta que a empatia e a sensibilidade dos pais contam tanto quanto respostas confiáveis e que a confirmação da confiança depositada deve ser avaliada no dia a dia.

A profissional sugere um roteiro para a contratação de babás que, segundo ela, pode parecer cansativo a princípio, mas que se revelará bastante adequado. A contratação pouco criteriosa pode levar, no mínimo, a uma troca frequente de babás, com repercussões negativas para as crianças, alerta. Fernanda Roche sugere que o processo seja encarado como um recrutamento em uma empresa, ou seja, de forma séria e cuidadosa, evitando perda de tempo, treinamentos e, principalmente, investimento emocional de todos os envolvidos:

1 Primeiro contato (telefônico)

Pergunte à candidata nome completo, idade, estado civil, se tem filhos e a idade deles, com quem ficam e onde. Procure saber por que a pessoa procura o emprego, qual a experiência profissional, há quanto tempo está desempregada e por que saiu do último emprego. Se ela ainda estiver trabalhando, questione se a patroa daria referências e o que provavelmente falaria dela. Indague ainda sobre salário e esquema de folgas. Se você considerar satisfatórios os dados obtidos, marque uma data para a candidata telefonar para agendarem uma entrevista, mas antes peça os contatos atualizados das pessoas que dariam referências de trabalhos anteriores (os últimos dois ou três). Anote as datas aproximadas em que ela entrou e saiu dos últimos empregos e os nomes e as idades das crianças.

2 Checagem das referências

É importante checar as informações obtidas e buscar outros dados para serem conferidos na próxima entrevista. Pergunte à pessoa citada pela babá se ela, por sua vez, também checou referências quando a contratou, e o que a fez tomar a decisão. Pergunte sobre sistema de folgas, salário e o que a pessoa sabe sobre a família da babá. Levante informações sobre hábitos de higiene, educação, iniciativa, boa vontade, sociabilidade, bom humor, paciência, postura profissional e atitude em situações de impasse com as crianças. Se houver alguma resposta que contradiga o que você colheu junto à babá, confronte com a resposta dela e verifique a reação.

3 Primeira entrevista

Esta etapa deve ser feita preferencialmente fora de sua casa, como em algum lugar do edifício ou no escritório, evitando expor desnecessariamente as crianças a várias profissionais. É recomendável que o pai esteja junto. Procure colocar a candidata à vontade, sem deixá-la intimidada ou nervosa, para que ela fale um pouco mais sobre sua vida. Observe se ela fala olhando em seus olhos, se é simpática, se fala abertamente sobre sua vida e com carinho em relação às crianças de que cuidou. Fique atenta ao asseio pessoal e tipo de vestuário utilizado. Pergunte qual foi a criança mais fácil de quem cuidou e por que e qual foi a mais difícil e o motivo. Faça o mesmo em relação aos patrões. Uma boa maneira de formular a pergunta é questionar com quem ela melhor se relacionava na família. Cheque a veracidade das informações conseguidas com as referências. Indague sobre sua saúde e seus hábitos de alimentação. Se tiver filhos, explore o assunto verificando o que ela acha importan-

te na educação de uma criança e o que os filhos significam para ela.

Pergunte como deve ser uma boa babá, quais dessas características ela acredita que possua e quais precisaria aperfeiçoar. Fique atenta a respostas como "nenhuma". Tente fazer uma avaliação de tudo para marcar ou não a etapa final e então negocie salário e folga. Deixe bem claro quais são as regras e as funções da babá em sua casa.

4 Entrevista final

Chame a candidata à sua casa para interagir com as crianças, conhecer os demais profissionais e mostrar um pouco da dinâmica da família e da rotina dos pequenos. Observe o jeito dela com todos, veja se pergunta sobre hábitos e normas da casa. Aproveite para indagar tudo o que houver esquecido nas etapas anteriores, ou dúvidas suscitadas pelo pai das crianças. A empatia e a sensibilidade das crianças contam bastante nessa fase, mas leve em consideração se a babá anterior for muito querida pelas crianças.

Atenção aos direitos trabalhistas

Os direitos e deveres da babá são os mesmos dos empregados domésticos — que prestam serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, na residência delas. A atividade é reconhecida pela classificação brasileira de ocupações, do Ministério do Trabalho.

De acordo com o ministério, ao ser admitida, a babá deve apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social. As anotações da contratação devem ser feitas no prazo de 48 horas após a entrega da carteira. Também deverão ser apresentados pela babá comprovante de inscrição no INSS e atestado de saúde fornecido por médico, caso o empregador julgue necessário.

A Constituição garante que a babá não pode ganhar menos que um salário mínimo



mensal, assim como também não pode ter seu salário reduzido. Além disso, são garantidos os seguintes direitos:

- ✓ gozar feriados civis e religiosos;
- ✓ 13º salário;
- ✓ vale-transporte;
- ✓ repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- ✓ férias de 30 dias remuneradas, com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal, após cada período de 12 meses de serviço;
- ✓ férias proporcionais no término do contrato de trabalho;
- ✓ licença-maternidade de 120 dias;
- ✓ estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto;
- ✓ auxílio-doença pago pelo INSS a partir do primeiro dia de afastamento;
- ✓ aviso prévio de, pelo menos, 30 dias;
- ✓ aposentadoria por idade aos 60 anos;
- ✓ Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): opcional;
- ✓ seguro-desemprego: concedido exclusivamente à babá inscrita no FGTS.

Projeto de lei (PL 1.385/07) do deputado Felipe Bornier (PHS-RJ) regulamenta a profissão de babá, fixando requisitos para o exercício dessa profissão. A proposta deverá passar por duas comissões da Câmara e, se não houver recurso para análise no Plenário, será enviado diretamente ao Senado.

Saiba mais

Ministério do Trabalho e Emprego

Esplanada dos Ministérios, bloco F, ala B, edifício anexo, térreo
Brasília (DF) — CEP 70.056-900
www.mte.gov.br/trab_domestico
www.soubaba.com.br
www.criancaemfoco.com.br